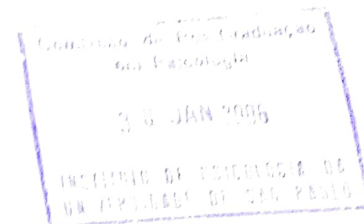


Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia



ANA PAULA VENDRAMINI

**O GESTO E A PERSONA NA CONCEPÇÃO DE GEORGE HERBERT
MEAD E SUA RELEVÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DAS RUPTURAS
INTERSUBJETIVAS**
discussão no contexto de uma cooperativa popular

V.1

ANA PAULA VENDRAMINI

O gesto e a Persona na concepção de George Herbert Mead e sua relevância para a compreensão das rupturas intersubjetivas – discussão no contexto de uma cooperativa popular



Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Experimental
Orientadora: Prof. Dra. Lívia Mathias Simão

V453g
1.2
AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESSE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Vendramini, Ana Paula.

O gesto e a Persona na concepção de George Herbert Mead e sua relevância para a compreensão das rupturas intersubjetivas – discussão no contexto de um a cooperativa popular / Ana Paula Vendramini; orientadora Livia Mathias Simão. --São Paulo, 2006.
77 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Intersubjetividade 2. Mead, Georg Herbert, 1863-1931 3. Economia solidária 4. Cooperativas populares I. Título.

B824.18

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Paula Vendramini

O gesto e a Persona na concepção de George Herbert Mead e sua relevância para a compreensão das rupturas intersubjetivas – discussão no contexto de uma cooperativa popular

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Experimental

Aprovado em: 2003.06

Banca Examinadora

Prof. Dr: MARTA KOHL DE OLIVEIRA

Instituição FEUSP Assinatura: MKOliveira

Prof. Dr: Paulo de Sallas Oliveira

Instituição IP/USP Assinatura: P.Oliveira

Prof. Dr: LÍVIA MATHIAS SIMÃO

Instituição IP-USP Assinatura: Livia Mathias Simão

AGRADECIMENTOS

À Prof. Dra. Livia Mathias Simão, pela excelente orientação e dedicação despendidos à minha orientação.

À ITCP-USP, pelo acolhimento e fornecimento de material para a realização deste estudo.

Aos meus pais, que me orientaram e incentivaram durante toda minha formação.

A Fábio Luiz Segura, que me apoiou nos momentos mais difíceis e me ajudou a concretizar esta realização.

"A verdadeira descoberta não consiste em
descobrir novas terras, mas em ver com
novos olhos"

Marcel Proust

RESUMO

VENDRAMINI, A.P. O gesto e a Persona na concepção de George Herbert Mead e sua relevância para a compreensão das rupturas intersubjetivas – discussão no contexto de uma Cooperativa Popular. 2006. 77 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

A temática do presente trabalho é o estudo de possibilidades de desdobramento da obra teórica e das contribuições de George Herbert Mead acerca de um tema em que ele próprio não se aprofundou (mesmo sob outras denominações) as rupturas intersubjetivas.

Preliminarmente, localizamos a ruptura intersubjetiva como um rompimento conceitual, que se dá a partir de uma quebra na experiência cotidiana e ordinária. Segundo Simão (2003), a ruptura seria uma “experiência inquietante” em que, fundamentalmente, haveria um acontecimento que romperia com as expectativas que se tem para certo evento, fazendo com que o sujeito se dispusesse a ressignificar a si e à realidade que o cerca.

A partir daí discute-se as proposições de Mead sobre a origem da Persona (ou self) fundamentadas no gesto, que possibilitam, por um lado, enfocar o desenvolvimento ontogenético da ruptura desde suas primordiais aparições — no âmbito do gesto e do afeto, e por outro, a conceber as rupturas tanto em seu aspecto individual (o EU) como social (MIM).

O caso empírico discutido se dá no contexto de uma cooperativa popular, pois esta, para viabilizar-se, exige uma ruptura com os valores e a perspectiva capitalista do mundo para concebê-lo segundo a versão da economia solidária.

Palavras-chave: Cooperativa popular, intersubjetividade, ruptura intersubjetiva, George H. Mead.

ABSTRACT

VENDRAMINI, A.P. The gesture and the Self by George Herbert Mead and its importance to the comprehension of intersubjective ruptures – discussion on the context of a popular cooperative. 2006. 77 f. Dissertation (Master) – Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

This work presents a study about the possibilities of development of the theoretical work and the contributions left by George Herbert Mead, concerning a theme in which he did not make a deeper study (even under other names) the intersubjective ruptures.

Firstly, the intersubjective rupture is characterized as a conceptual break which occurs after a break in the daily and ordinary experience. In accordance with Simão (2003), the rupture is a desquiet experience in which occurs something that breaks the expectations in respect to some event, what makes the subject thinks about his meaning for himself and for the reality that surrounds him.

This point starts a discussion about the studies of Mead concerning the origin of the Self explained by the gesture, what makes possible, on one side, the focalization of the ontogenetics development of the rupture since its primordial manifestations – on the gesture and the fellowship, and on the other side, the comprehension of the ruptures even in their individual (I) as social (me) aspects.

The empirical case object of this work is a popular cooperative. To build a popular cooperative there shall be a rupture with the values and perspectives of the capitalist world, according to the solidarity economics.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| A.Temática e objetivo..... | 9 |
| B.Discussão teórica dos conceitos: ruptura, gesto, Persona e dualidade..... | 11 |
| B1.O que são rupturas intersubjetivas e qual sua relevância para o desenvolvimento da subjetividade humana..... | 11 |
| B2. O gesto na concepção de Mead e desdobramentos teóricos quanto às rupturas intersubjetivas..... | 15 |
| B3.A Persona, sua constituição estrutural, origem e dinâmica. Desdobramentos para as rupturas intersubjetivas..... | 25 |
| B4. A Noção de dualidade como central no pensamento de Mead..... | 37 |
| B5. Resumo das proposições exploradas..... | 43 |
| C. Situação empírica explorada sob a ótica das rupturas intersubjetivas..... | 44 |
| D.Conclusão..... | 68 |
| E.Referências Bibliográficas..... | 75 |

A. Temática e Objetivo

A temática do presente trabalho é o estudo de possibilidades de desdobramento da obra teórica e das contribuições de George Herbert Mead acerca de um tema em que ele próprio não se aprofundou (mesmo sob outras denominações) – as rupturas intersubjetivas.

Suas considerações sobre a origem da Persona (ou self) fundamentadas no gesto podem possibilitar um proveitoso direcionamento da reflexão em relação às rupturas intersubjetivas. Proveitoso tanto por possibilitar um olhar para a ruptura a partir de suas formas primeiras na ontogênese – no âmbito do gesto e do afeto – como também por concebê-las sob seu aspecto individual (o EU) e social (MIM).

A ciência, a evolução dos pacientes em acompanhamento psicoterápico e o desenvolvimento das pessoas e grupos estão sempre sujeitos à constante ruptura que se dá entre os conceitos.

Se tomarmos por base o paradigma que nos sustenta no presente trabalho – o construtivismo semiótico-cultural – e o retomarmos desde autores que historicamente lhe deram origem, como, por exemplo, Vigotski, até seus autores contemporâneos, caso de Jaan Valsiner e Hubert Hermans, temos em comum a idéia central de que o ser humano se constrói a partir de sua atividade face às relações sociais, atividade no sentido de ser sujeito ativo e não mero reproduzidor do meio circundante.

Cabe-nos então explicitar o que se entende por relações sociais. Essas relações não se configuram meramente como interações face a face. A idéia é mais fielmente traduzida como uma dialogicidade, ou seja, **também** o pensamento está em contínua interação com diversas vozes. Essas vozes representam diversas versões da perspectiva social à qual o

sujeito tem acesso por meio de livros, contatos sociais de fato e obras de arte e da cultura. Tendo em vista que as relações sociais emergem da interação do homem com o meio social e são recriadas pela subjetividade do indivíduo, temos que: a relação social tem uma dimensão intra e intersíquica.

Ora, por tudo anteriormente dito, chegamos ao ponto desejado: **falar em ruptura é falar, em última instância, em ruptura de conceitos (que são construídos, destruídos e recriados nas ações do homem no meio social; assim, por trás de toda construção conceitual há uma relação, de forma que a ruptura intersubjetiva pode significar também o rompimento de um relação intersubjetiva).**

As rupturas têm intrinsecamente um caráter de facilitador da emergência da novidade, de forma que o que é constante no ser humano é a transformação.

A Psicologia como profissão, ao abrigar o conceito de ruptura como componente básico do homem, está se abrindo, em última instância, a questionamentos quanto à função do psicólogo em seus diversos âmbitos de atuação, como, por exemplo, nas práticas psicoterápica e comunitária. Nesses casos, e tendo-se em vista os dinâmicos processos de ruptura, coloca-se em questão a efetiva capacidade do psicólogo em acompanhá-los, o papel do psicólogo como sujeito e conhecedor e do “paciente” ou grupo comunitário como objeto a ser conhecido.

Cabe à Psicologia, como ciência, repensar constantemente essas formas de relação, metodologias e técnicas que têm por base a díade psicólogo-sujeito em interação com a díade paciente-objeto, bem como rever constantemente conceitos-pilares como os de saúde e doença, normal e anormal, etc.

A proposta aqui elaborada pressupõe estudos bibliográficos, inicialmente sobre a obra fundamental de Mead, *Mind, Self and Society*; e posteriormente sobre comentadores

deste clássico autor (Valsiner e Van der Veer, 1996; 2000 e Hermans, 1992; 2002), sempre sob a ótica das rupturas intersubjetivas. Após a discussão teórica discutiremos uma experiência empírica, no intento de confrontar conclusões teóricas com dados práticos.

B. Discussão teórica dos conceitos: ruptura, gesto, Persona e dualidade

B1. O que são rupturas intersubjetivas e qual sua relevância para o desenvolvimento da subjetividade humana

O conceito de ruptura intersubjetiva é relativamente recente na ciência e práticas psicológicas. Além disso, seu significado dá margem para uma série de possíveis interpretações. Dessa forma, é pertinente neste momento introdutório situar conceitualmente o que se está entendendo por ruptura intersubjetiva.

Preliminarmente, ruptura intersubjetiva é um rompimento, uma quebra na experiência cotidiana e ordinária (Zittoun, Duveen, Gillespie, Invinson, & Pasaltis, 2003). Segundo Simão (2003), a ruptura seria uma “experiência inquietante”, em que, fundamentalmente, haveria um acontecimento que romperia com as expectativas que se tem para certo evento.

No entanto, por mais que se tratem de rompimentos da vivência cotidiana e que, para ocorrerem, não exijam nenhuma situação específica e extraordinária, as rupturas têm uma grande relevância para o contínuo desenvolvimento da subjetividade humana. O vazio e a tensão, que são gerados pela ruptura intersubjetiva, promovem um esforço do indivíduo no sentido de re-adequar a expectativa à nova experiência vivida. A motivação do sujeito é

a de apaziguar o desconforto gerado, mas, como essencial subproduto, seus conceitos tornam-se mais complexos, pois novos sentidos são gerados para que possa haver tal readequação da expectativa à vivência. (Simão, 2003).

Pela ótica semiótico-construtivista, os conceitos são criados¹ e recriados no relacionamento do sujeito com o meio social (a saber: outras pessoas; livros; brinquedos, utensílios, objetos de arte, etc.); dessa forma, **todo conceito é sempre fruto de uma relação.**

Além disso – e de fundamental importância – **o conceito também sempre estabelece uma relação.** Esta é sua função primordial, que possibilita a organização da realidade pelo e para o sujeito (Vigotski, 1999). Por exemplo, o conceito de mesa se relaciona com a atividade de jantar, com alimentos, com cadeiras, com lembranças e sentimentos particulares sobre jantares passados, expectativas de jantares futuros, etc.

Assim, todo conceito está inserido num sistema hierárquico onde estão presentes outros conceitos, valores e também sentimentos. Então, os conceitos não são “ilhas” ou mônadas, eles fazem sentido quando estão dentro de todo um quadro interligado de outros conceitos. Há uma interpenetração de conceitos – no exemplo dado da mesa, foram utilizados os conceitos de cadeira, jantar, experiência agradável e desagradável de jantares, etc.

Esses conceitos vivenciados pelos sujeitos no dia-a-dia são tácitos e implícitos, ou seja, eles são o pano de fundo das experiências e não seu foco. No entanto, há situações em

¹ Falamos em “criação” dos conceitos tendo em vista tratar-se de uma contínua construção que é sempre mediada por outros, afastando a idéia de que seja algo natural e inato. Em certo sentido trata-se de um “artifício humano” que permite a organização da realidade. (Vigotski, 1999).

que os conceitos podem ser o foco da atividade humana, como na reflexão científica ou nos desencontros entre indivíduos, que são frutos de diferentes interpretações.

Toda ruptura intersubjetiva envolve um rompimento no quadro conceitual do indivíduo. Isso significa que, no decorrer da experiência, o sujeito se vê envolvido em situações que lhe inquietam, que rompem com suas expectativas acima de seu limiar de tolerância², exigindo-lhe uma resignificação tanto do mundo, quanto de si mesmo.

A seguir discorreremos brevemente sobre formas possíveis de relação do sujeito com o meio social (particularmente com os outros indivíduos) e sua repercussão para o tema das rupturas intersubjetivas.

Como salientamos, o desenvolvimento dos conceitos se dá a partir da atividade de um indivíduo num meio social circundante. Embora não se reduza a elas, as pessoas com quem o indivíduo se relaciona são um fator extremamente relevante deste meio social.

Propõe Martin Buber (cf. Crossley, 1996) que relações interpessoais podem configurar-se de duas formas, a saber: relação *pessoa-pessoa* e relação *pessoa-objeto*. Há uma série de peculiaridades quanto a cada tipo de relação, mas, para o interesse deste trabalho, é central a diferença do papel do **outro**, numa e noutra relação.

O outro, numa relação *pessoa-pessoa*, tem papel central: é concebido pelo primeiro sujeito como **ativo**, ou seja, o sujeito continuamente nele presta atenção, pois a relação se pauta pelo não-saber sobre o outro em ação. Quer dizer, os sujeitos **não** interagem baseados em **expectativas e pressupostos** absolutos um quanto ao outro, mas baseados nas mútuas ações. Há uma espécie de autorização implícita dos sujeitos para que seus conceitos possam

² Segundo Boesch (1991), nenhuma experiência se adequa integralmente às expectativas que o sujeito tem dela; no entanto, há um nível de tolerância pessoal quanto às expectativas não cumpridas. O que entendemos por ruptura intersubjetiva é quando a experiência ultrapassa estes limites de tolerância.

ser mutuamente questionados. Nessa situação a expectativa quanto à relação e as pré-concepções acerca do outro não são rígidas, há uma ampla margem para a emergência da novidade e para o desenvolvimento da pessoa.

Já na relação *pessoa-objeto*, o outro não é a base. O sujeito **objetivou** aquele com quem se relaciona, e isto significa que a interação com este outro se baseará em pressupostos e expectativas. Esta relação pauta-se prioritariamente pela continuidade e manutenção dos conceitos, bem como menor receptividade às novidades.

Esta divisão formulada por Bubber é um tanto didática. Há uma série de questionamentos sobre sua obra quanto à radicalidade desta divisão, já que **a realidade estaria mais próxima de interações baseadas tanto em expectativas como na receptividade ao novo** (Crossley, 1996). Além disso, há vários autores na área do construtivismo semiótico-cultural que – como Hermans, Marková e Valsiner – apontam para a relevância da expectativa do sujeito a respeito do outro na emergência de novos aspectos da relação, especialmente quando aquela expectativa não se confirma, desde a óptica do sujeito.

De toda forma, a intenção de trazer a contribuição de Bubber para o presente projeto foi a de discriminar dois aspectos fundamentais da relação eu-outro e, por conseqüência, das rupturas intersubjetivas: a expectativa e a disponibilidade para o relacionamento.

Bubber pode ter sido um tanto radical ao polarizar as relações humanas, situando num pólo a disponibilidade total ao outro; e noutro pólo, a fixação extrema nas expectativas quanto à relação; entre um pólo e outro há uma variada gama de possíveis relações, que combinam de formas diferentes o que se espera do outro e a disponibilidade para se relacionar com ele. Ou seja, a relação humana não é nunca unívoca, não ocorre de uma

única maneira, ela é plural e, por consequência, são plurais as formas de ocorrerem as rupturas intersubjetivas. Nos serviu Bubber para sinalizar a vastidão de possibilidades de ocorrência da ruptura intersubjetiva, vastidão esta que será explorada quando oportuno.

B2. O gesto na concepção de Mead e desdobramentos teóricos quanto às rupturas intersubjetivas

De grande relevância para a relação Eu-Outro é a concepção de gesto e sua dinâmica formuladas por Mead.

Segundo o autor, o gesto seria uma linguagem embrionária e não-consciente, em larga medida utilizada por animais, de forma instintiva. O gesto de um primeiro indivíduo gera uma reação adaptativa em outro sujeito com o qual o primeiro se comunica; a reação adaptativa deste segundo sujeito, por sua vez, gera uma adaptação no primeiro sujeito, formando um ciclo de reações e construindo uma comunicação não reflexiva entre os interagentes. Um exemplo muito bonito e ilustrativo desta cadeia seria a dança humana: um casal dançando está em contínua comunicação corporal. O parceiro oferece uma condução à parceira, que reagirá de uma certa forma, respondendo exatamente à condução em seu corpo. Ou, o que é também provável, a parceira interpretará o gesto de uma forma alternativa, reagindo de forma não esperada por seu parceiro; assim, diante de sua reação, se recria a dança, se redireciona seu rumo, e assim sucessivamente. No tocante às reações humanas, o mais esperado é justamente que o outro **não** reaja exatamente da forma como o sujeito o estimulou e intencionava que este agisse. No entanto, os indivíduos aceitam essa diferença entre as experiências e as expectativas só até o ponto em que se mantém

preservado o sentido da experiência em questão. Há uma certa tolerância, que é individualmente construída e variável de acordo com a situação (Boesch, 1991).

Na leitura de Mead, para Darwin os gestos tinham a função de expressar emoções. Mas Mead, baseado em Wundt, concebe as emoções presentes nos gestos como apenas uma parte sua, que está detrás do ato em si, no sujeito que o executa.

Para o teórico, o gesto não guarda relação de sincronicidade com a reflexão, e isto situa o gesto no terreno do não-consciente, do instintivo. **O gesto, o ato, pode preceder a reflexão e a tomada de consciência da intenção do próprio sujeito.**

O momento crucial do gesto é quando este passa da execução à sugestão. Assim, ao invés de sempre ser levado a cabo, **o gesto passa a funcionar como uma comunicação de intenção.** Mead pontua essa diferença entre efetivamente dar um soco em alguém e cerrar os punhos demonstrando a intenção e a possibilidade de fazê-lo (ou apenas demonstrando que o outro gerou raiva no sujeito). Quando o gesto passa de sua execução literal para o significado, tem-se aí o nascimento da linguagem e do símbolo significante³.

Estas proposições de Mead são de grande valia para o estudo da relação Eu-Outro, na medida em que iluminam todo um universo de relações sem a troca de uma palavra sequer. Sem suprimir a relevância das interações verbais ou sequer concorrer com elas, **a comunicação gestual contextualiza tais interações, redimensionando e particularizando seu significado.**

No terreno específico das rupturas intersubjetivas, como não poderia deixar de ser, a expressão gestual é de muito relevante. **Isso é fato, dado que, segundo regras de**

³ Será discutido em outra ocasião, por ora entenda-se se tratarem de significados socialmente compartilhados, por exemplo, o gesto de OK: há uma compreensão "social" de que signifique consentimento.

educação e convivência em sociedade, muitas rupturas não têm caráter verbal, mas são apenas demonstradas através de gestos.

Como ilustração tome-se um grupo de profissionais de uma empresa: a afinidade entre eles é sempre variável. É claro que para o bom andamento do grupo há necessidade de comunicação e de código de etiqueta nas relações. Se dois indivíduos rompem de forma relativamente permanente, de forma alguma poderão chegar ao conflito aberto caso tenham interesse em se manter na mesma equipe.

O rompimento se dá nos gestos, num olhar que se prolonga em direção ao outro e logo se desvia, em cumprimentos e sorrisos artificiais trocados, na possível ansiedade que emirja quando estão juntos. **São muitas as possibilidades de se demonstrar o rompimento e são também muitas as possibilidades de vivência por cada parte da ruptura** (retome-se aqui o que foi dito quanto à interferência da disponibilidade para a relação e expectativa em relação ao outro nas rupturas intersubjetivas), pode haver até mesmo um rompimento unilateral, onde apenas uma das partes efetivamente rompa. Neste caso, se instaura uma desigualdade nas relações, o consenso implícito a respeito da relação, dos objetivos comuns, de quem é cada um na relação se modifica, a relação não mais tem uma base de estabilidade e os envolvidos se direcionam no sentido de estabelecer um novo equilíbrio.

Na Psicologia de Mead, o ser humano é visto sob o enfoque da Persona⁴, e esta, por sua vez, se desenvolve a partir da relação EU-MIM – meio social⁵. A Persona não nasce

⁴ Para os objetivos do presente trabalho, o conceito de Persona será aprofundado posteriormente. No entanto, para tornar claro o que ora exporemos são necessárias algumas explicações sobre o conceito. Persona é um instrumento que o sujeito vai desenvolvendo ao longo da vida, que permite sua interação no meio social; esta se compõe de dois elementos, o Eu, que é a atividade presente, e o conjunto de MIMs, que seria um “esquema

naturalmente com o sujeito, mas vai se construindo a partir das interações com o meio social.

Tanto para Mead, como para outros teóricos do construtivismo semiótico-cultural, (p.ex. Vigotski, 1998; Valsiner, 2000 e Boesch, 1991) a relação do sujeito com o mundo **nunca** é direta – não se concebe algo como uma “experiência pura” da realidade, há sempre mediações em tais relações. Quando o sujeito já tem estabelecida a sua *Persona*, a sua relação com o mundo se dá a partir das concepções que ele vem construindo “de si no contexto social”, ou seja, ocorre mediada pelo papel social (o MIM).

No tocante à mediação entre o indivíduo e a realidade, o gesto é extremamente valioso, pois, enquanto não existem MINs e *Persona*, será ele que cumprirá esta função de mediador. Além disso, o gesto é anterior ao MIM (papel social) e à *Persona* (estrutura social), e seu desenvolvimento corrobora na construção tanto dos MINs como da *Persona* do sujeito. Para podermos tomar a noção de *Persona* de Mead temos que levar em consideração o gesto, pois a *Persona*, em última instância é fruto da complexificação dos gestos (Mead, 1972).

Para Mead o gesto funciona tanto como meio de interação com os outros como de relação consigo próprio (Valsiner e Van der Veer, 2000). Passemos então a explicitar o desenvolvimento do gesto para esclarecer como este faz o papel de mediação do sujeito

mental” da estrutura social com todos papéis ocupados pelo sujeito e de quem com ele interage. Por exemplo, ele pode não ser mãe, mas para agir como filho, ele deve ter internalizado o papel de mãe também.

⁵ Adiantando o que se verá mais aprofundadamente, o EU é a reação do sujeito no momento presente, e os MINs são os papéis presentes na visão de mundo do sujeito (como o ser mãe, pai, irmão, funcionário, etc). O sujeito vai construindo os MINs a partir das ações do EU e, da mesma forma, o EU é influenciado pelos MINs que o próprio sujeito construiu.

com o mundo enquanto não há Persona desenvolvida, e como este colabora para a construção da Persona e dos papéis sociais.

Mead tomou de Wundt a noção de gesto e, como foi já mencionado, este está em estreita relação com a expressividade emocional. **No entanto, o gesto transcende a expressividade emocional ao longo da ontogênese humana, por ser este também passível de desenvolvimento** (Valsiner e Van der Veer 1996).

Este é um aspecto muito importante, pois **o desenvolvimento do gesto implica que a pessoa, em seu aspecto mais não-reflexivo – o afetivo – também sofre transformação.**

Há uma confusão entre reações espontâneas e não-reflexivas. Reações espontâneas são também mediadas por significados, dessa forma diferem de reações não-reflexivas, que seriam diretas do ser humano, enquanto ser biológico, em sua relação com a realidade.

A transformação e o desenvolvimento não são especificidades apenas da racionalidade, da fala ou apenas das funções psíquicas superiores, as quais o ser humano pode controlar. Também o afeto e a emoção desenvolvem-se, sujeitando o indivíduo a sínteses dialéticas cada vez mais complexas.

Assim, Mead, através do gesto, desenvolve sua teoria sociogenética direcionada pela díade ação-função (dadas influências pragmatistas de Dewey), díade esta que permeia sua obra e seus conceitos fundamentais (como o de Persona, que se constrói pela mediação da ação, e é voltada para funções humanas, sejam de sobrevivência, sejam fundadas em valores éticos) (Valsiner e Van der Veer, 2000).

A idéia de síntese dialética está presente na noção de gesto desenvolvida por Wundt e tomada por Mead. Para Wundt o gesto não é uno, mas sim sofre transformações qualitativas quanto a seu grau de complexidade. Wundt qualifica esta evolução ao propor

três qualidades distintas de gesto: o demonstrativo, o imitativo e o simbólico (Valsiner e Van der Veer, 1996).

O gesto demonstrativo está presente espontaneamente nas crianças humanas, e refere-se ao apontar. O gesto posterior é o imitativo, que já engloba um elemento antes inexistente, qual seja: a reciprocidade interativa. Segundo Wundt, a reciprocidade na interação leva a uma coincidência de conceitos emocionais na subjetividade do imitado e imitador, e isso é de extrema relevância! **A base do ocupar o papel alheio, tão fundamental na Persona e construção dos MINs, é a coincidência emocional⁶.**

No entanto, o desenvolvimento qualitativo do gesto só se leva a termo quando ele adquire a característica do símbolo significante: passível de compartilhamento social. Nesta fase, o gesto é arbitrário, mas nunca há nitidez quanto à **motivação** que o gera: se expressar uma emoção ou se influenciar outras pessoas:

“Se no impulso imitativo o movimento expressivo de um indivíduo se confunde com os sentimentos de outra pessoa na qual se origina o mesmo movimento, então o impulso comunicativo procede diretamente do efeito emotivo que acompanha a percepção do afeto compreensivo. (...) De tudo isto surge finalmente o gesto arbitrário, quando o ator deixa que o resultado de sua ação volte a atuar sobre si mesmo. No entanto, a separação existente entre a expressão original auto-suficiente e a que se originou pelo desejo de

⁶ Segundo Lalande (1996), de acordo como uma das possíveis classificações que este autor propõe, o termo ‘afetivo’ diz respeito a estados menos momentâneos, mais genéricos e menos complexos do que os estados a que remete o termo ‘emocional’. No entanto, em consonância com os objetivos do presente trabalho, estes termos estão sendo usados como sinônimos.

influenciar os demais permanece obscura” [tradução livre de trecho da obra de Wundt (1973), extraído de Valsiner e Van der Ver (2000)].

Quanto à motivação e finalidade do gesto, seria ingênuo adotar uma postura exclusivista. Há uma inter-relação entre a expressão emocional e a influência de terceiros: tomando apenas a expressão emocional incorreríamos no risco de sujeitar o ser humano a escravo de suas emoções. Por outro lado, abdicar da emoção fundamentando o gesto apenas na influência sobre os outros, pressupõe uma visão do ser humano limitada à racionalidade e à manipulação. A idéia aqui desenvolvida, novamente pode ser ilustrada com o conceito de Dualidade, onde a emoção e arbitrariedade do gesto não se confundem, mas não se afastam no agir humano.

A comunicação passa por uma etapa em que a coincidência emocional é o pilar central; no entanto, **com o desenvolvimento, a comunicação transcende a emoção, não no sentido de prescindir desta, mas no sentido de não ser conduzida exclusivamente por ela.** Esta proposição está sustentada tanto por Wundt como por Mead:

“A principal causa dos gestos naturais não se encontra na motivação por comunicar uma idéia, senão na motivação pela expressão de uma emoção. Os gestos são em primeiro lugar e antes de tudo expressões afetivas. Sendo tão importante, como é, que a comunicação ultrapasse esse nível, também o é que nunca poderia haver ocorrido sem a motivação afetiva original. Somente na medida em que cada afeto contiver fortes conceitos emocionais, o gesto se converterá em uma expressão conceitual. Não obstante, a origem de todo desenvolvimento da comunicação gestual se

encontra nos posteriores efeitos psíquicos associados ao aspecto da expressão afetiva. (...) O afeto que se experimenta normalmente se converte em pensamento compartilhado, posto em interação pela comunicação gestual” [tradução livre de trecho da obra de Wundt (1973), que aparece em Mead (1904) e em Valsiner e Van der Ver (2000)].

Quando o gesto deixa de ser imitativo e afetivo para ser arbitrário e conceitual, ocorre a última etapa de seu desenvolvimento: o gesto passa a ser simbólico. O afetivo não é superado no sentido de não mais existir, mas como tendo sua existência mediada por significados: em certo sentido o afeto se converte em pensamento (Valsiner e Van der Veer, 2000). Daí para adiante, dá-se o desenvolvimento que Mead pressupõe para a formação da Persona, através da brincadeira e de jogos. A Persona e seu desenvolvimento serão abordados mais profundamente quando estivermos tratando especificamente dela. Até aqui a menção deste conceito só se deu na medida em que auxiliava na compreensão do gesto, já que são conceitos em estreita relação.

Podemos conceber rupturas que sejam demonstradas apenas através de gestos. Isto não significa, no entanto, uma comunicação instintiva e/ou somente emocional. Não há, então, por que se falar em instinto neste caso. O gesto transcende o instinto. Tomamos aqui instinto como afeto primário, não permeado pela subjetividade alheia. Este só está presente no bebê.

O gesto permite o processo da ruptura por meios não verbais. Porque as interações, mesmo verbais, estão sempre permeadas pela emoção. Os sujeitos carregam algo como uma espécie de “treino”, desde a fase imitativa do gesto, em buscar o afeto e o sentido contidos na expressão. Dessa forma, afeto e sentido podem não ser explicitados verbalmente, mas

estão presentes na ação humana. A dialética do desenvolvimento humano, mesmo prevendo organizações psíquicas cada vez mais desenvolvidas, não prescreve a extinção dos níveis antecessores, mas sua reorganização em níveis hierarquicamente superiores (Werner, em Valsiner e Van der Veer, 2000).

Conceber o homem não como uma contraposição entre instinto e razão, ou entre emoção e razão, mas como um interjogo dialético em desenvolvimento, implica em não conceber a ruptura como cisão entre afetivo e racional.

Segundo Hermans (1992), o que e como as coisas podem ser significativas é moldado pelos padrões de nosso movimento corporal, nossa orientação espacial e temporal e nossa interação com os objetos do mundo. Para ele a cognição humana não é meramente uma questão de abstrações conceituais e julgamentos proposicionais. O self tem então a característica de ser corpóreo, ele ocupa uma posição no tempo e no espaço, e isto é essencial para seu posicionamento, tanto em relação à sociedade como em relação a si próprio. Nesse contexto, **o gesto pode ser interpretado como fruto das possibilidades e limites corpóreos da expressão do self.**

A partir do momento em que o ser humano é capaz de se utilizar da fala e da capacidade de abstração, parece, à primeira vista, que não há mais limites, tanto para que ele ocupe todos os diversos papéis sociais possíveis, como também para que transcenda sua existência física. Hermans, então, auxilia a resgatar a existência dos limites humanos, que são dados através do corpo. Mas, mais que apenas fornecer limites, o corpo também fornece possibilidades. As experiências humanas são altamente sinestésicas, não são compostas apenas por pensamentos, mas também por sentimentos e sensações. Tome-se como exemplo as lembranças que são geradas através de odores específicos, músicas, etc. Dessa forma, a corporalidade não só limita a experiência humana como também a enriquece, possibilitando

a autoconsciência. Esta, por sua vez, é uma forma de discernimento do indivíduo em relação a sua **ação futura**, ele se torna possuidor de mais critérios (e critérios mais concretos) quanto aos seus planejamentos.

Se a ruptura é “denunciada” através de uma contradição entre a ação verbal e o significado por trás desta ação, a contradição não é entre razão e emoção, mas sim entre dois significados (que pressupõem, por sua vez, tanto pensamentos como afetos). **Essa proposta de Mead nos auxilia para pensarmos a ruptura intersubjetiva não apenas como emocional e afetiva, mas nos possibilita pensá-la como ruptura de pensamentos e emoções (significados) de uma direção de ação para outra direção de ação.** Isso se relaciona à já colocada concepção do homem não como uma contraposição entre emoção e razão, mas como um interjogo dialético em desenvolvimento, e a ruptura não como cisão entre afetivo e racional.

Quanto à possibilidade de controle sobre uma ruptura intersubjetiva, a partir dos elementos propostos nesta discussão, é cristalino que ela não é possível. Ruptura não significa conflito intersubjetivo, acusação ou mesmo briga. A ruptura como transformação de significados pode, no entanto, gerar tais conflitos intersubjetivos. Somente na administração destes conflitos é que pode haver algum grau de controle do ser humano, não sobre a ruptura em si.

Como dito, ontogeneticamente o afeto e a emoção passam a ser permeados pela razão e pensamento. Esse processo ocorre inicialmente com a equiparação emocional no gesto imitativo, permitindo ao sujeito o contato com o significado que o outro atribui a algo ou a alguém.

No tocante às rupturas intersubjetivas, a possibilidade de acesso ao significado alheio consolida um campo extremamente amplo e complexo para que as rupturas se dêem.

a autoconsciência. Esta, por sua vez, é uma forma de discernimento do indivíduo em relação a sua **ação futura**, ele se torna possuidor de mais critérios (e critérios mais concretos) quanto aos seus planejamentos.

Se a ruptura é “denunciada” através de uma contradição entre a ação verbal e o significado por trás desta ação, a contradição não é entre razão e emoção, mas sim entre dois significados (que pressupõem, por sua vez, tanto pensamentos como afetos). **Essa proposta de Mead nos auxilia para pensarmos a ruptura intersubjetiva não apenas como emocional e afetiva, mas nos possibilita pensá-la como ruptura de pensamentos e emoções (significados) de uma direção de ação para outra direção de ação.** Isso se relaciona à já colocada concepção do homem não como uma contraposição entre emoção e razão, mas como um interjogo dialético em desenvolvimento, e a ruptura não como cisão entre afetivo e racional.

Quanto à possibilidade de controle sobre uma ruptura intersubjetiva, a partir dos elementos propostos nesta discussão, é cristalino que ela não é possível. Ruptura não significa conflito intersubjetivo, acusação ou mesmo briga. A ruptura como transformação de significados pode, no entanto, gerar tais conflitos intersubjetivos. Somente na administração destes conflitos é que pode haver algum grau de controle do ser humano, não sobre a ruptura em si.

Como dito, ontogeneticamente o afeto e a emoção passam a ser permeados pela razão e pensamento. Esse processo ocorre inicialmente com a equiparação emocional no gesto imitativo, permitindo ao sujeito o contato com o significado que o outro atribui a algo ou a alguém.

No tocante às rupturas intersubjetivas, a possibilidade de acesso ao significado alheio consolida um campo extremamente amplo e complexo para que as rupturas se dêem.

Isto porque as pessoas não têm seus esquemas simbólicos idênticos umas às outras, assim, cada nova relação disponibiliza ao sujeito um novo conjunto de significados passíveis de serem confrontados com os seus. Em certa medida, toda pessoa com quem nos relacionamos nos impõe rupturas intersubjetivas, por disponibilizar outras interpretações e vivências dos significados.

B3. A Persona, sua constituição estrutural, origem e dinâmica. Desdobramentos para as rupturas intersubjetivas

Para Mead, a Persona não se confunde com o organismo físico e não está “originalmente” no indivíduo a partir de seu nascimento. A Persona tem como propriedade elementar o desenvolver-se, e isto se dá ao longo das experiências e atividades sociais.

A Persona possui conteúdo mental, ou seja, é permeada por sentido, em contraposição a atitudes de “estar aí”, que se resumem a uma apropriação sensorial do mundo. Ressalve-se aqui que, embora a Persona não seja o organismo físico, é corpórea – o **sentido** está “encarnado”, não se trata de um pensamento abstrato e aleatório, como vimos a partir das contribuições de Hermans. Isso é relevante para o estudo das rupturas intersubjetivas na medida em que podemos traçar o seguinte paralelo: **se a construção do sentido padece dos limites e possibilidades impostos pela corporalidade, também as rupturas intersubjetivas padecem das mesmas circunstâncias.**

O sentido tem também um limite para ser rompido, caso contrário, pode extravasar os limites de tolerância da pessoa e culminar numa situação patológica, como por exemplo, na depressão ou esquizofrenia. A ruptura é por si uma situação inquietante e desestabilizadora, mas isto não significa que, por ser tão cotidiana, seja ausente de qualquer

limitação. Não é qualquer sentido que pode ser rompido a qualquer momento. Os casos patológicos podem, sim, ser frutos de rupturas intersubjetivas, daquelas que extravasam todas as possibilidades da pessoa de re-orientar sua ação e reconstruir um novo sentido.

A ruptura possibilita consciência de si, uma relação dela “sujeito” com ela “objeto”. Essa relação de si consigo, no entanto, não é direta, mas mediada através dos outros.

Uma outra característica bastante importante da Persona é o fato de ela ser a estrutura social para o sujeito. Como mencionado anteriormente, o conceito transcende a referência apenas no si mesmo; à primeira vista, por se relacionar com a consciência de si, com as lembranças próprias e o conteúdo mental, a Persona parece ser fundamentada apenas no sujeito. Na verdade, Mead postula para a Persona dois pilares: o sujeito e a sociedade. Quando Mead ressalta ser a Persona uma estrutura social, ele quer dizer que Persona é um conceito relacional desenvolvido pelo sujeito, sendo o conjunto momentâneo de todas as possibilidades de agir e incorporar papéis nos atos sociais.

O conceito de Persona nos permite formular duas proposições no contexto das rupturas intersubjetivas. Por um lado este conceito possibilita uma consideração sobre a vivência fenomenológica das rupturas, a vivência da angústia e dos sentimentos de “perda da identidade e sentido”; por outro lado, evidencia a relevância das rupturas intersubjetivas para a construção da identidade e do mundo social para o sujeito.

Há diversas situações na vida em que o sujeito se depara com novos papéis sociais a serem ocupados, e para os quais sua Persona não se encontra ainda desenvolvida. Cada novo papel social que o sujeito vai ocupando em seu meio social envolve grande desenvolvimento e complexificação da Persona, no sentido de internalizar este novo papel. Após tal desenvolvimento, ocorre uma estabilização relativa do indivíduo em ser “um dado

papel social”, não havendo muito mais investimento do sujeito naquele papel, ainda que o desenvolvimento seja permanente e não cesse quando da relativa estabilidade.

Pensar num sujeito que não tem estabilidade num papel significa supor que o papel ainda não foi objetivado, internalizado e generalizado. Dessa forma há a necessidade de pessoas específicas e concretas para o ato social transcorrer e o indivíduo poder vivenciar o papel.

Podemos ilustrar com o caso de uma criança que ingressa na escola e passa a fazer coleguinhas. Com esses colegas a criança passa a desenvolver o papel social do “colega de classe”, que envolve, por um lado, a amizade e, por outro, a idéia do “trabalho em conjunto”. No entanto, este papel não se forma de imediato a partir de novas funções sociais adquiridas. É construído ao longo dos atos sociais. Se há interrupção nesse desenvolvimento, quando os colegas por acaso mudam de turma ou de escola, a situação pode ser muito sofrida para a criança e a experiência pode ser a de um vazio muito grande. Isso já que os “coleguinhas” eram aqueles, com seus nomes e aparências concretos. Não é ainda concebível para a criança pensar em outros coleguinhas.

Outra proposição que se desdobra é o fato de a ruptura intersubjetiva viabilizar a generalização de papéis. A Persona, como já mencionado, condensa a estrutura social hierarquizada. Esta estrutura se configura a partir de papéis que o sujeito ocupa. Os papéis sociais sempre englobam dois sujeitos ao menos, isto é, o papel de ser mãe só faz sentido se pensarmos na existência de filhos; o papel de ser funcionário em uma dada empresa tem também referência num contexto institucional e social. Além disso, os papéis sociais e estes outros a quem respondem são conceitos generalizados. Ou seja, o sujeito não internaliza um papel social com estrita referência à realidade concreta – ser mãe por exemplo, não significa ser mãe de “João”, mas apenas ser Mãe. Da mesma forma como o papel ocupado

deve ser generalizado pelo sujeito, o papel que os *outros* ocupam também devem passar por um processo de generalização. É da interação com pessoas concretas que o sujeito abstrai *formas possíveis de relação* (Mead, 1972).

Podemos traçar um paralelo entre a generalização de papéis e a generalização de conceitos⁷. Os conceitos também se baseiam originalmente em referentes concretos antes de se tornarem conceitos propriamente ditos.

No início os “conceitos” limitam-se a serem nome de coisas que existem no mundo, e isso se dá também com o desenvolvimento das relações, que se originam em torno de referências concretas como a mãe, o pai ou o amigo (Vigotski, 1999).

A interação social com sujeitos concretos é muito mais cômoda para o sujeito do que a abstração de papéis, já que não implica rupturas e a angústia de que anteriormente tratamos. Se fosse possível a não ruptura, talvez ficasse comprometido o processo de generalização do outro e a formação da estrutura social, porque a relação concreta existiria permanentemente e tomaria o lugar da relação abstrata. Assim, **a ruptura intersubjetiva acarreta uma transformação na estrutura social internalizada do sujeito e viabiliza a formação do outro generalizado, pois rompe com a estrita conexão do conceito a um referente concreto.**

Se por um lado tais rupturas são geradoras de angústia, por outro são fundamentais para que o sujeito dê prosseguimento à generalização de papéis.

Passemos então às nossas considerações sobre a origem da Persona.

Para Mead, a Persona se desenvolve ao longo das experiências sociais, havendo três atividades fundamentais: linguagem, brincadeira e jogos.

⁷ Os conceitos estão organizados num sistema hierárquico, de forma que um conceito se remete ao outro conceito, e não a uma coisa concreta da realidade. Eles são categorias de coisas (Vigotski, 1999)

A linguagem é relevante na medida em que possibilita a emergência de símbolos significantes. Há situações **específicas** em que um sujeito age de uma forma a gerar no outro certa reação emocional; atendo-se a esta reação, o sujeito se conecta de tal forma a ela que é **quase** como se ele próprio estivesse sentindo o mesmo que provocou no outro. Tome-se como exemplo um casal de namorados: numa discussão, um fala para o outro algo que causa muita mágoa; percebendo e “conectando-se” a esta mágoa, o sujeito passa a sentir também tristeza. Esse processo é análogo ao da empatia, a diferença reside na ênfase. **Mead buscou explicar com essas proposições a origem da formação social dos conceitos, que reside nesta vivência de uma equivalência emocional⁸ em a certas interações sociais.**

Para Mead, não é sempre que essa situação ocorre; na verdade, na maioria das situações o sujeito não toma para si a reação que é gerada no outro. Por exemplo, uma ameaça não gera medo no sujeito ameaçador – esse sentimento ocorre apenas no receptor dessa mensagem.

O símbolo significante permite, então, uma consciência do si mesmo, por um lado, e uma objetivação da ação, por outro. Ao ter a “mesma” reação que o receptor da mensagem, explicita-se para o sujeito **o significado social de sua ação**, e é nessa medida que o significado da ação e do ator nela envolvido (ou seja, do papel social nela envolvido) é passível de objetivação. A consciência de si advém da vivência de um papel social de forma consciente.

Para Mead a brincadeira é também um fator relevante no desenvolvimento da Persona, especialmente brincadeiras que envolvem simulação, como as meninas que fingem

⁸ Em realidade, não é possível um sujeito efetivamente sentir o mesmo que sente outro. No entanto, de seu ponto de vista, ele sente fenomenologicamente o mesmo que o outro.

ser mães, etc. Essas brincadeiras permitem à criança tomar o lugar do outro, e por isso são relevantes na estruturação da Persona.

Por fim, os jogos esportivos são também muito enfatizados por Mead na evolução da Persona. Eles são relevantes por possibilitarem uma apropriação de todos os papéis envolvidos na partida. Seriam um simulacro da ação social, que também requer apropriação de todos os papéis envolvidos. Os papéis dos jogadores são rodiziados, independentemente da pessoa concreta que o executa; isso pressupõe o desenvolvimento do outro generalizado.

Ao pensarmos as rupturas intersubjetivas numa relação pautada por símbolos significantes, supomos que ela seja sempre de alguma forma compartilhada. Quer dizer, se uma relação permite ao sujeito tanto ter acesso ao significado social de suas ações, como ampliar a consciência de quem é o outro e si próprio, então esta relação está permeada por símbolos significantes. Os sujeitos se permitem entrar em contato com a perspectiva alheia, produzindo um interjogo onde ora se toma consciência de si, ora do outro. Havendo ruptura numa relação com esse caráter – que nos dizeres de Bubber seria uma relação pessoa-pessoa – ela será compartilhada pelos envolvidos.

Um exemplo seria aqui de grande valia para mostrar o que significa ser a ruptura compartilhada. Tomemos então dois adolescentes que são grandes amigos. Eles dividem muitas experiências marcantes, e a relação entre os dois permite a cada um saber cada vez mais sobre si e sobre o outro. Pensemos então em um momento crucial, como um convite feito a ambos para experimentarem drogas. Para o adolescente, a opção pelo uso das drogas é um marco, uma escolha de como ele vai se posicionar perante a sociedade e seus “preconceitos”. Como as drogas são extremamente polêmicas do ponto de vista social, o adolescente não seria mais “a mesma” pessoa antes e depois de experimentá-las, uma série de barreiras seriam quebradas: do ilícito, do condenável moralmente, etc. Se um dos amigos

opta por experimentar drogas e o outro não faz a mesma opção, é possível que haja uma ruptura que interfira na relação.

A possível ruptura pode ser vivenciada de inúmeras formas, variando desde um afastamento até um rompimento explícito da amizade. O que será comum a qualquer forma de afastamento que se dê é que a transformação no relacionamento será vivenciada por ambos. Eles estavam numa conexão de ideais que é rompida, e esse processo se dá, não apenas em cada um, mas no que há ENTRE eles, na relação, de forma que nas rupturas os sujeitos envolvidos estarão sempre em condição de tomar consciência delas. Isso é algo relevante para a subjetividade humana: se não houvesse possibilidade de acesso a elas, quer dizer, se rupturas fossem não-conscientes, a subjetividade seria sempre um fluxo linear e convergente do ponto de vista fenomenológico.

Se por um lado podemos pensar em ruptura como frustração, por outro podemos, simultaneamente, pensar nas rupturas como libertação e novidade. A ruptura envolve tanto um conjunto de desautorizações como de novos autorizações. Tomemos como exemplo uma ruptura que mostra esses aspectos diferentes e simultâneos de forma bastante explícita: a ruptura com os conceitos e valores aprendidos com os pais. Até uma certa fase da vida para uns (e a vida inteira para outros), os pais continuam sendo o interlocutor primário. Isso significa que todo diálogo interno que o sujeito estabelece em questões que envolvem valores, se dá entre o EU e “O QUE MEU PAI/MÃE VAI ACHAR?”. Em muitos momentos se age de acordo com os valores dos pais, simplesmente pela confiança historicamente desenvolvida e depositada no pai/mãe, sem o contato com novos interlocutores. Aqui estamos simplificando somente a título de ilustração, já que a autonomia do sujeito não emerge apenas com uma ruptura.

Passemos agora a explicar como é a estrutura da Persona e sua dinâmica.

A Persona, segundo Mead, é constituída por duas instâncias que, se não se confundem, tampouco podem existir uma sem a outra. A relação entre estas duas instâncias é uma relação de complementaridade: uma é ação, a outra é reflexão; uma é presente, a outra é passado e futuro; uma é instinto, a outra é sociedade. Tais instâncias são o EU e o MIM.

O EU é para Mead a **atuação** do sujeito. É o EU que reage quando adota as atitudes dos outros frente à sociedade e frente à sua própria Persona. O EU é o presente, é o indivíduo agindo; já o MIM só tem uma dimensão passada e uma dimensão futura com relação ao EU.

O MIM é a estrutura social, envolvendo toda a complexidade de papéis sociais inter-relacionados na psique do sujeito. Por ser uma rede de significados inter-relacionados, essa instância não é o presente. O MIM está em eterna defasagem com relação ao presente. **Sua estrutura reflete os EUs do passado.** O EU do momento passado está internalizado no MIM atual.

Quando há o planejamento, no entanto, em que o indivíduo se imagina adotando certos papéis e reagindo a outros papéis, ele está projetando o MIM no momento futuro. Hermans (1992) avalia este planejamento da ação futura como sendo fruto do diálogo imaginário de papéis que o sujeito pode ocupar com interlocutores relevantes: pais, amigos, o terapeuta, etc. Esses interlocutores são “vozes” que representam outras versões possíveis da sociedade, outras perspectivas. Trazendo o termo de Bakhtin, Hermans chama este fenômeno de polifonia. A polifonia está além da dicotomia; para Hermans o ser humano

não está engajado apenas num processo dialético de pólos opostos, como propõem muitos autores⁹, mas sim numa existência plural e multifacetada (Hermans, 1996).

Assim, o EU é o presente, a conduta. O EU não pode estar fora do presente, pois ele é a ação, e nós estamos agindo a todo o momento. O desdobramento do EU para o futuro e passado é o MIM, já não é mais o EU.

O EU fenomenologicamente proporciona a sensação de liberdade, de iniciativa. O EU não é dado a nós diretamente na experiência. O sujeito que age não tem acesso direto à sua ação, entre ele e a ação há interpostos, há os outros. Em síntese, há o MIM (que corresponde à estrutura social) mediando a ação do sujeito. Já o MIM tem um caráter mais rígido, ele representa a estrutura social. Enquanto o EU faz às vezes do elemento dinâmico o MIM faz às vezes do elemento estrutural.

O EU tanto gera o MIM – pois é através das ações do sujeito que vai se organizando seu esquema de estrutura social – como também reage frente ao MIM – pois, ao agir em sociedade, o EU leva em consideração sua estrutura social internalizada. Em certo sentido, o MIM é a organização do EU levando em conta a sociedade. É o momento reflexivo em que o sujeito se visualiza ocupando certos papéis na interação social.

Quando o EU age, emerge a emoção primária; quando reflete, seu EU reage a seu MIM, e a adoção de outras perspectivas é possibilitada. Mesmo sendo possível algum grau de controle sobre o EU e sobre o processo da ruptura, sempre existirão elementos novos e imprevisíveis. Esses elementos estão diretamente relacionados ao EU.

⁹ Por exemplo, a psicologia clássica, representada por Festinger, vê a dissonância como desconfortável, de forma que o ser humano sempre estaria buscando efetivar a consonância, no processo de redução de tensão entre pólos opostos. Para outros autores, como Jung, o desafio humano seria a reconciliação dos pólos opostos

Tomemos o exemplo de dois sócios empresários e amigos. A relação deles, ainda que sendo afetiva, é permeada também por outros interesses. Eles são sócios, e como tal preocupam-se em poder ganhar dinheiro e sobreviver, fazer com que a empresa cresça, etc. Ou seja: no que concerne à empresa, os objetivos comuns dizem menos respeito à relação de amizade e mais à prosperidade do negócio.

Se um dos sócios tem uma visão empresária expansionista, enquanto o outro busca uma empresa estável, num dado momento os objetivos se mostrarão opostos, e talvez o rompimento deles como sócios seja inevitável.

É importante ressaltar que o rompimento da sociedade não implica necessariamente uma ruptura intersubjetiva. Um exemplo disso seria a separação de duas amigas quando uma delas viaja. Nessa situação, a comunicação entre elas pode restringir-se extremamente, mas não houve ruptura, não romperam com conceitos construídos conjuntamente e têm planos para quando se encontrarem de novo (cada uma tem espaço no futuro da outra).

Retornando aos sócios, se for inevitável o rompimento da parceria, será imprevisível como ficará a relação afetiva. Para discutir a questão da possibilidade de controle sobre a ruptura e o elemento de imprevisibilidade do momento, será produtivo ressaltar alguns aspectos do exemplo.

Para os fins da ilustração, é importante pensarmos numa relação entre sujeitos que já têm habilidade em intercalar seu posicionamento, pensando ora em si, ora colocando-se no papel do outro. Além disso, a princípio a situação empresarial tende a ser mais objetiva, sendo teoricamente mais claro o discernimento e o critério quanto à continuidade da sociedade.

Com estas colocações, o desfecho da ruptura possui elementos para que esteja sob total controle por parte dos interagentes. Os sujeitos antecipadamente planejam e reproduzem mentalmente a conversa-chave que se desenrolará entre eles.

Ainda assim, mesmo quando todo o quadro empírico parece planejado e sob controle, o desenrolar da interação será sempre imprevisível. Pode-se pensar, a título de exemplo, em três possibilidades: a interação se torna distante e é evitado o confronto pessoal; a interação passa a ser pautada por ataques mútuos ou, ainda, há uma troca de confidências e mágoas aumentando o grau de cumplicidade na relação.

É relevante lembrar que toda ruptura envolve frustração – e o exemplo dado não foge à regra, tendo em vista que as recíprocas expectativas não foram minimamente atingidas.

Estudemos a possibilidade inicial: a interação é objetiva e não há sério desentendimento entre os sujeitos. Nesta situação eles se dispuseram e planejaram preservar a amizade, situando o rompimento apenas quanto aos negócios. No decorrer da interação, no entanto, é inevitável aflorar mágoa, raiva e questionamentos mútuos. Esses sentimentos não estavam previstos, são reações a estímulos inesperados, tendo em vista que o planejamento não significa a previsão do acontecimento, mas sim uma suposição quanto a seu desenrolar. Então, na tentativa de manter o planejamento, se desenvolve uma resolução de conflito mecânica, onde ambos evitam o atrito mesmo tendo em vista a emergência de frustração e sentimentos imprevistos.

Mesmo sem aparência de discussão ou conflito aberto, houve uma ruptura de conceitos, planos e valores que vinham sendo construídos com a relação. A realidade sempre extrapola o planejamento mental e nenhum dos sujeitos teve flexibilidade para distanciar-se do planejamento e ater-se às percepções presentes. O EU sempre extrapola o

MIM, mas, nesse caso, o EU, artificialmente, tentou fixar-se a um MIM preconcebido. Houve uma tentativa de reagir somente com o MIM, com o concebido no planejamento.

Vale lembrar que, apesar de o confronto não ter sido direto, ambos tiveram acesso à ruptura, ambos tiveram a possibilidade de ter ciência do ocorrido, pois, como já foi dito, a ruptura se dá **na relação**.

Passemos ao segundo desdobramento possível. Para a ilustração da imprevisibilidade do EU, partiremos nos três casos do mesmo planejamento antecipado: conservar a amizade. Como na situação anterior, emerge a mágoa, raiva e frustração. Nesse caso, porém, a interação vai sendo pautada por acusações indiretas, deixando transparecer a frustração na relação; a interação então se transforma em confronto direto, permeada por ataques mútuos, levando a uma ruptura intersubjetiva. O que ocorreu? Os atores se envolveram completamente pelas percepções do momento, o EU não recorreu ao MIM preconcebido. O planejamento foi totalmente suplantado pela ação presente.

Finalizando, desenvolveremos a última proposta. Nessa situação, com a emergência da frustração das expectativas não alcançadas, os atores passam a discorrer sobre suas mágoas, expectativas, etc, cada um disponibilizando ao outro sua versão da vivência. O desfecho da interação corroboraria para uma transformação qualitativa da relação; fenomenologicamente, haveria um sentimento aumentado de cumplicidade na amizade. Quanto ao EU, não se tentou artificialmente evitá-lo, como na primeira situação, com a pretensão de que o MIM preconcebido seria suficiente para a interação. Também não foi suplantado o MIM, o planejamento, em função do EU. Ocorreu na ilustração uma interação do EU com o MIM. O EU reagiu tanto ao momento presente quanto ao MIM preconcebido.

A partir deste exemplo intentamos ilustrar algumas possibilidades de inter-relação entre o EU e o MIM, pois esta interação não se dá de forma unívoca. Para Mead, EU e MIM são complementares, e a própria ação do sujeito é uma construção de idas e vindas em relação ao momento e à reflexão. O sujeito ora se detém no outro, ora em si, ora se volta para sua estrutura social internalizada (ou seja, se volta para o MIM) para qualificar a reação do outro.

A maneira da inter-relação entre EU e MIM transcender durante a interação pode se de acordo com inúmeras possibilidades. No processo da ruptura intersubjetiva, também há várias formas de ocorrer esta interação entre o EU e o MIM. E, por sua vez, a ruptura também transforma o EU, o MIM e a relação entre ambos.

Para ilustrar isso, retomemos o exemplo: a ruptura modificaria tanto a estrutura social internalizada pelo sujeito (o MIM) como a ação espontânea do sujeito (o EU). O sujeito poderia refletir e mudar conceitos em relação ao que é ser amigo e o que é ser sócio e, conseqüentemente, sua conduta para com amigos e sócios, por sua vez, também iria modificar-se.

Como dissemos, não é possível o controle sobre uma ruptura intersubjetiva, pois ela não significa conflito intersubjetivo, mas sim, transformação de significados. Somente na administração destes conflitos é que pode haver progressivo controle do sujeito.

B4. A noção de dualidade como central no pensamento de Mead

Mead enfoca o sujeito e a sociedade como não confundíveis entre si. Tampouco são separáveis. Se, por um lado, o sujeito não se dissolve ou reflete especularmente o grupo

social em que se insere, por outro, o sujeito (mais especificamente a Persona, obra da relação indivíduo-grupo) não existe sem sua inserção na sociedade. Inserção não somente no sentido de estar corporalmente presente no grupo, mas no sentido de estar presente como ativo “pensador” e ator nas relações sociais que se estabelecem. Como veremos a seguir, o MIM é o fruto dessa forma de inserção no grupo social. Refere-se ao ordenamento conferido pela pessoa acerca dos papéis sociais do grupo.

Esta forma específica de inter-relação sujeito e sociedade, concomitantemente sem fusão e dissociação, é denominada por Valsiner e Van der Veer de dualidade. (Valsiner e Van der Veer, 2000). Para esses autores, a concepção de Mead se dá sob uma ótica dual.

Desdobrando esta dualidade Persona/Sociedade para o tema das rupturas intersubjetivas, refina-se nossa concepção acerca destas, ao concebermos a ruptura também como um processo neste entremeio, também um processo dual. Processo que não transcorre puramente no âmbito intrapsíquico, apenas na mente do sujeito. E que não transcorre também apenas no âmbito social com o rompimento de relações.

Essa visão dual, no entanto, não vincula uma visão estática e estrutural da realidade. Mead, através da noção de “reação circular”, tomada de James Mark Baldwin, concebe a dinâmica psíquica como *atividades através de grupos co-ordenados*. Já a idéia que confere unidade ao processo – a função – foi certamente retirada de Dewey. Em síntese, Mead concebe, a partir desses conceitos, o funcionamento psíquico como orientado e vinculado em função de uma atividade-meta, uma **função**.

Não obstante haver unidade conferida pela função, o sistema por ela responsável é rearranjo e interação (daqui vem a dinamicidade de seu enfoque) de diversos sistemas psicofisiológicos. Para exemplificar estas relações, Mead dá o exemplo da alimentação: a alimentação é, para Mead, a **função**, o que unifica diversos processos e confere unidade.

Entretanto, a alimentação supõe uma série articulada de funcionamento de diversos sistemas do corpo: ingestão, digestão, assimilação e excreção. O funcionamento psíquico pode ser pensado de acordo com este modelo: toda ação, pois o ser humano, para Mead, é antes de tudo um agente, pressupõe uma função, que lhe confere unidade. No entanto, a efetivação do ato requer inter-relação dinâmica de diversos sistemas psicológicos. (Valsiner e Van der Veer, 2000).

Esta mesma concepção fundamenta a emergência de novidade para Mead. A construção do novo objeto psicológico advém, em parte, do planejamento. Quando nos imaginamos no futuro, realizando certas atividades e nos preparando para elas, uma nova emoção emerge, uma emoção pré-ação. Essa nova emoção origina a novidade. Além dessa possibilidade, a emergência da novidade está estritamente relacionada à atuação do Eu, pois o Eu, sendo o sujeito na sua ação direta sobre o mundo no presente, sempre extrapola o conceito, o preconcebido e a reflexão (os MIMs estruturados) (Valsiner e Van der Veer, 2000).

Poderíamos pensar que a novidade sempre implica ruptura, pois para que o novo possa emergir, um sistema de conceitos se reestrutura. O novo elemento abala e rompe com pré-concepções do sujeito. Desdobrando ainda mais, poderíamos dizer que **a emergência da novidade, mais do que implicar uma ruptura, implica em uma ruptura intersubjetiva.** Como veremos a seguir, o desenvolvimento da Persona tem início no gesto e no afeto, sendo suplantado por esquemas cada vez mais complexos através de um processo dialético. Num momento posterior desse processo, os conceitos é que são as unidades operacionais do sujeito. Todo esse processo, mais do que psicológico, é um processo sociopsicológico, (aqui retomamos a dualidade: a Persona é fruto da relação do sujeito com a sociedade). Queremos aqui dizer que os conceitos têm por trás relações

sociais, sua formação se dá na interação entre sujeitos. Romper com conceitos para que novos emirjam trata-se de romper relações intersubjetivas. Para situarmos nos termos colocados por Mead, teríamos o sujeito agente em sociedade na forma de EU, extrapolando seus MINs preconcebidos.

Indo além, o desenvolvimento para Mead é um processo dialético concebido em bases hegelianas. Essa dialética emerge da necessidade de distinção entre mundo físico e social. Para Mead, as outras Personas são diferentes, do ponto de vista do sujeito, dos objetos físicos. Enquanto os objetos físicos são meramente objetos de percepção, os sujeitos são objetos de percepção que também percebem. No desenvolvimento humano, é necessário que esta distinção entre pessoas e coisas exista para o sujeito, para que ele possa inserir-se no mundo social, controlar condutas alheias, etc. Esse processo de discriminação envolve uma ruptura. Para Mead, o sujeito passa por uma fase de estados transitórios de caos e confusão, mas que possibilitam a emergência de estruturas qualitativamente novas. Nessa transição, além desse elemento de caos, que, ao invés de ser mera confusão temporária, reflete a indeterminação da estrutura subsequente, há ainda a presença de contradições. Coerente com a mais hegeliana proposição, o novo implica contradições com o velho, que rompe com o passado (Valsiner e Van der Veer, 2000).

Esse dialético processo supõe consciência de si, do outro e da relação (ou seja, da dualidade) qualitativamente cada vez mais complexa, envolvendo cada vez mais elementos.

Segundo Mead, a "conduta social há de ser continuamente reajustada porque os indivíduos, a cuja conduta responde a nossa própria conduta, estão variando continuamente sua conduta, enquanto nossas respostas vão se tornando para eles cada vez mais claras. Portanto, nosso ajuste à suas reações em constante alteração tem lugar nas nossas próprias reações a seus estímulos. Nestas situações sociais aparecem não atos isolados em resposta

à progressiva estimulação alheia, senão que também uma consciência de nossa própria atitude, na forma de uma interpretação do significado do estímulo social. Somos conscientes de nossas atitudes porque estas geram modificações na conduta alheia...A conduta social de sucesso leva o sujeito a ter consciência de sua própria atitude; e por sua vez esta consciência o ajuda a controlar a conduta alheia” (Mead, 1910 retirado e livremente traduzido de Valsiner e Van der Veer, 1996).

Temos assim as rupturas intersubjetivas como promotoras da consciência do sujeito como Persona. Essa consciência refere-se, em termos de Mead, à consciência e elaboração dos MINs através da ação do EU.

Essa idéia de progressiva complexificação, além de basear-se no processo dialético, baseia-se também na noção de irreversibilidade do tempo formulada por Bérqson. Mead, apesar de não aceitar *in totum* a idéia de *élan vital* de Bérqson, bem como suas idéias mais intuitivistas, conheceu sua obra e dela fez uso quanto a esta concepção de tempo (Valsiner e Van der Veer, 2000). O tempo irreversível leva Mead tanto a formular o sujeito como contínuo buscador de adaptação, no sentido de buscar cada vez mais consciência e controle da conduta alheia em modificação, como leva o sujeito a desenvolver cada vez mais consciência acerca de si quando ocupa diversos papéis na estrutura social (Valsiner e Van der Veer, 1996).

Essas formulações nos auxiliam a conceber as rupturas intersubjetivas como, além de promotoras do desenvolvimento da consciência, também eventos absolutamente cotidianos, constituindo a ruptura em regra de nossa existência ao invés de exceção. A princípio, falar em ruptura pode passar a idéia de inconstância, de confronto direto com nossa noção subjetiva de identidade de continuidade. Não obstante, como visto em trabalho anterior (Vendramini e Simão, 2003), a identidade não se configura, como tal, pela

continuidade, mas implica em divergência e emergência de novidade, fundamentando-se numa vivência fenomenológica de permanência. Nesse sentido, converge também com a noção de ruptura no cotidiano, e não como uma transformação radical pela qual passamos e sentimos o efeito de um choque. Na verdade, ela se dá a todo o momento. Uma transformação radical seria uma síntese de diversas rupturas que direcionam o sujeito para uma nova existência ou, ainda, para a busca de uma nova existência. Essa concepção de ruptura, derivada da constante adaptação que buscamos em nossa conduta social – como formulada por Mead –, tem como base a microgênese, ou seja, **pensar a ruptura como sendo a constante** é lançar o olhar para a existência humana a partir de cada interação, concebendo a dinamicidade da subjetividade humana. Se quiséssemos ser rigorosamente fiéis ao que viemos dizendo talvez devêssemos falar em micro-rupturas (Vigotski, 1998).

Outro ponto relevante é o fato de as contínuas rupturas se darem, também, pelo **fato de que as pessoas não são um espelho umas das outras**, e, indo mais além, **as pessoas não são nem espelhos de si próprias**. O conflito dialético é a constante: nossa Persona está em contínua integração e reintegração, não é algo unitário. Na realidade, **a Persona é uma estrutura heterogênea**, que condensa a síntese reflexiva do sujeito ao longo da vivência de diversos papéis em toda sua existência (na forma dos MINs organizados e hierarquizados), assim como seu EU. Desse modo, a Persona seria a versão do sujeito sobre a estrutura social em constante transformação, a partir da ação do EU. (Valsiner e Van der Veer, 1996).

B5. Resumo das proposições exploradas

Para fins de sistematização, pontuaremos a seguir as principais proposições acerca do gesto, Persona e suas inter-relações com as rupturas intersubjetivas:

- a. *Toda ruptura intersubjetiva envolve um rompimento no quadro conceitual do indivíduo. Isso significa que, no decorrer da experiência, o sujeito se vê envolvido em situações que lhe inquietam, que rompem com suas expectativas acima de seu limiar de tolerância, exigindo de sua parte uma ressignificação tanto do mundo, quanto de si mesmo.*
- b. *Muitas rupturas intersubjetivas são compartilhadas de forma gestual e não verbal – talvez a maior parte delas.*
- c. *A ruptura intersubjetiva não se restringe apenas a ser uma ruptura emocional e afetiva entre duas pessoas, mas, mais do que isso, é uma ruptura de pensamentos e emoções (significados) de uma direção de ação para outra direção de ação.*
- d. *Como o gesto, a ruptura também é passível de se desenvolver, transformar e ser compartilhada pelos interlocutores. Mas, assim como o sentido, a ruptura também é limitada pela corporalidade humana, ou seja, a existência humana é temporal e espacialmente situada, de forma*

que, se nem toda construção de sentido é possível, também nem toda ruptura o é.

C. Situação empírica explorada sob a ótica das rupturas intersubjetivas:

A parte empírica deste estudo foi realizada na Incubadora Tecnológica de Cooperativas de São Paulo da Universidade de São Paulo, entre maio de 2003 e março de 2004.

A proposta da ITCP-USP é a de desenvolver a Economia Solidária por meio de criação e acompanhamento de cooperativas populares, participação em órgãos políticos e civis que debatem o tema, através de estudos e pesquisas realizadas em núcleo próprio – NESOL –, entre outras atividades.

O conceito de Economia Solidária é uma resposta política e econômica que vem se desenvolvendo com mais força recentemente (Singer, 2002), em contraposição ao conceito clássico e capitalista de Economia. O foco da economia solidária é o de promover o desenvolvimento sustentável, sustentável tanto sob a ótica dos recursos naturais, como sob a ótica da sustentabilidade social – que implica na não exploração do trabalhador.

Uma das possibilidades de alcançar o desenvolvimento sustentável se dá através da formação das sociedades cooperativas. As sociedades cooperativas são semelhantes às demais empresas por terem como finalidade a prestação de serviços, produção e

comercialização de bens, etc. No entanto, sua organização e seus valores são pautados por um paradigma diverso do paradigma capitalista.

Uma primeira grande diferença que pode ser apontada é quanto ao valor implícito que permeia todas as relações de produção e, conseqüentemente, todas as relações sociais. Na economia capitalista, o valor dominante é o da **competição**, enquanto na economia solidária, o valor almejado é o da **cooperação**:

“O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante.

“(…) A Apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra.

“(…) Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (Singer, 2002. p.7-9).

Além disso, algumas diferenças centrais, dentre inúmeras outras que podem ser pontuadas, são entre a finalidade da empresa tradicional, que é a de obter lucro, e a finalidade da empresa cooperativa, que é a de gerar renda para os associados.

Na empresa cooperativa não há a distinção entre os que são detentores dos meios de produção (do capital) e os que são detentores da força de trabalho. Todos que trabalham na cooperativa são associados a ela, tendo, assim, percentual eqüitativamente distribuído de cotas de seu patrimônio total. *“Na empresa capitalista, os salários são escalonados tendo em vista maximizar o lucro, pois as decisões a respeito são tomadas por dirigentes que participam nos lucros e cuja posição estará ameaçada se a empresa que dirigem obtiver taxa de lucro menor que a média das empresas capitalistas. Na empresa solidária o escalonamento das retiradas é decidido pelos sócios, que têm por objetivo assegurar retiradas para todos, e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas”* (Singer, 2002. p. 13 e 14).

Finalmente, para abreviar este vastíssimo tema, a gestão na empresa capitalista se dá de forma heterônoma, as decisões estratégicas são tomadas por dirigentes alijados do processo produtivo, enquanto que na empresa cooperativa o processo decisório é autônomo. Por meio da autogestão, da assembléia e do voto são tomadas as decisões administrativas mais relevantes para a empresa.

“Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras. (...) Nos níveis mais altos, o conhecimento sobre a empresa deveria ser (em tese)

total, já que cabe a seus ocupantes tomar decisões estratégicas sobre os seus rumos futuros.

“(…) A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos.

“(…) As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração” (Singer,2002. p 16-18).

Tentou-se acima, fazer apenas um apanhado geral sobre o tema das cooperativas populares e as principais diferenças entre elas e as empresas capitalistas. Para a finalidade deste trabalho, no entanto, tal contextualização mostra-se suficiente.

O caso empírico que será aqui discutido transcorreu neste contexto cooperativista, mais especificamente durante o acompanhamento, de aproximadamente um ano, de um grupo cujo objetivo era se tornar uma cooperativa popular. No texto a seguir, os trechos em itálico referem-se a anotações da pesquisadora ou cedidas pela ITCP das reuniões do Gepem

(que significa um subgrupo da Incubadora responsável por um conjunto de cooperativas) com o grupo incubado.

O grupo¹⁰ em questão limitava-se a sete integrantes fixos, sendo que, ocasionalmente, um amigo ou familiar de algum cooperado participava da cooperativa por algum período. Este grupo era composto por duas famílias: D. Lourdes e sua filha Julia; duas irmãs, D. Antônia e D. Josefa, mais três filhos desta última (Rita, Carlos e José).

O objetivo deste coletivo era o de se tornar uma cooperativa legalizada, bem como o de poder gerar mais renda para os envolvidos. O trabalho realizado era o de confecção de roupas e artesanatos, como cestas de vime, bonecas de pano, etc.

O acompanhamento do grupo pela ITCP se dava nos seguintes moldes: uma vez por semana os integrantes da ITCP responsáveis pelo grupo (o Gepem) iam ao seu local de trabalho discutir temas de seu interesse: organização do caixa, o que comprar com o dinheiro poupado, novos locais de venda possíveis, etc. Além disso, sem a participação do grupo, os incubadores se reuniam uma vez por semana para refletir sobre: a gestão daquele grupo; qual a maturidade dele em relação à economia solidária; quais os próximos passos para seu desenvolvimento; como lidar com certa situação imprevista, etc.

A principal intenção do grupo em constituir uma cooperativa era de **poder sobreviver economicamente**, tendo em vista o excludente contexto de trabalho nos moldes tradicionais capitalistas – ainda mais drástico para a população de mais baixa renda e escolaridade. Esse dado é bastante importante, pois **o grupo não buscava especificamente poder produzir em moldes autogestionários; buscava, antes de tudo, sobreviver.**

¹⁰ Para resguardo da identidade dos envolvidos, foram trocados nomes, objeto social da cooperativa e alguns outros dados do contexto.

No contexto das rupturas intersubjetivas, a motivação e/ou a intenção podem ser a diferença entre haver ou não a efetiva viabilidade de um grupo se constituir de forma autogestionária. **A ruptura intersubjetiva não se restringe a ser uma ruptura meramente conceitual, mas é a ruptura do sentido, que envolve, além do pensamento, também a emoção. Além disso, a ruptura implica o redirecionamento dos projetos para o futuro.** Dessa forma, ela envolve a motivação, a intenção, o afeto, o pensamento e o planejamento, mesmo que de forma não-consciente e não-verbal.

Assim, se não há intenção ou sequer motivação em constituir o grupo autogestionário, já há uma pouca disponibilidade para a ruptura com o universo capitalista para ingressar no universo da economia solidária. Como se pode depreender dos trechos aqui reunidos do professor Paul Singer acerca do que seja o universo da economia solidária, até o observador menos atento pode presumir que a passagem do universo capitalista para essa nova versão de prática econômica seja um tanto delicada. O capitalismo, além de ser um sistema de produção, é também um sistema de valores que se constitui como forma de percepção e avaliação da realidade. Desse modo, seus paradigmas se estendem e se entrelaçam com a maioria de nossos valores construídos. Ainda, o ingresso na produção segundo a proposta autogestionária não retira o sujeito do universo capitalista, dado que este continua pautando a grande maioria das relações sociais do sujeito.

O contexto de produção cooperativa implica também um reposicionamento do sujeito em relação ao outro. Supõe confiar no outro e com ele estabelecer uma relação de igualdade, ainda que haja diferenças entre eles quanto a escolaridade ou experiência. Além disso, o consenso que é necessário para a tomada das decisões requer negociações, bem como a perspectiva de o funcionamento do grupo se basear nestas negociações e não na decisão de um indivíduo, o que o aproxima muito do contexto da amizade e do afeto (que

também supõem relações de igualdade e negociações). Assim, por todo o acima exposto, pode-se concluir que a **ruptura com a forma de pensar e atribuir valores do sistema capitalista se desdobra numa série de micro-rupturas.**

No entanto, a despeito de ser indubitavelmente relevante o papel da intenção, há uma ressalva: a **intenção também é passível de ser co-construída.** Boesch (1991) confere ao ator o atributo da intenção – a intenção é a força motriz que impulsiona o sujeito em suas ações na busca pela satisfação das necessidades de um ser humano culturalmente inserido. A intencionalidade motiva o sujeito a garantir suas necessidades vitais e biológicas, mas, mais que isso, está relacionada com a sobrevivência da espécie humana **dentro de uma cultura e sociedade**, o que significa a busca da satisfação também das necessidades de cunho social, afetivo e cultural. Assim, temos que a intenção é uma força propulsora construída no âmbito das relações sociais que, por sua vez, num contexto social particular, direcionam a ação do sujeito. Não só o futuro, mas o que se quer para o futuro está em constante construção. E na intenção também há possibilidade de ruptura. A perspectiva do sujeito e a intenção estão intimamente relacionadas: é o que o sujeito “conclui” acerca da realidade e de si mesmo que o motiva a tomar um ou outro rumo de ação. Dessa forma, se podemos pensar na ruptura de uma perspectiva, podemos pensar também numa ruptura no âmbito das intenções do grupo.

No grupo do qual estamos tratando, havia a necessidade (além de ruptura com toda a dimensão do sistema capitalista no que tange a forma de relação eu-outro, nos valores e na gestão) de uma ruptura no âmbito de suas intenções e ambições.

Outrossim, o grupo, em termos de gestão da produção, estava em um estágio extremamente inicial. Não havia, por exemplo, qualquer controle financeiro por parte de seus integrantes, que não sabiam quanto gastavam nas compras, quanto receberam no dia de

trabalho, etc. Isso era um empecilho muito grande para o objetivo do grupo de se legalizar, poupar e investir.

Um de seus objetivos era o de adquirir uma máquina de costura cujo valor estava em torno de R\$ 1.000 (mil reais). O Gepem muitas vezes discutiu com eles o assunto – surgiam as idéias de tomar um empréstimo, parcelar ou fazer uma poupança. No entanto, sem qualquer controle sobre o dinheiro que entrava e saía, comprometer-se com uma dívida mensal poderia ser muito arriscado para o grupo. Tome-se como exemplo a seguinte anotação de campo:

“Perguntados se estavam fazendo os registros, disseram que sim; porém, quando pedi para que os mostrassem, não os encontraram nos cadernos. Perguntei quanto tinham feito no dia, e Josefa respondeu que contou R\$ 18,00 (dezoito reais) ao final. (...) Então retomei com eles passo-a-passo como fora seu o dia, começando por quem fez o que, quantos produtos produziu, quantos produtos foram para que ponto de venda e quantos foram vendidos. Lembraram que além das bonecas e cestas, fizeram também um cachecól de crochê naquele dia. Ainda assim as contas não batiam. Lembraram-se de alguns produtos que venderam fiado e também que haviam recebido alguns fiados antigos. Depois lembraram-se que o troco que tinham levado era menor do que o que tinham tirado da conta ao final, e que tinham dado R\$ 1,00 (um real) para José, que lhe deviam do dia anterior. D. Josefa e D. Antônia lembraram que cada uma pegou para si uma boneca de pano para presentear parentes. Ainda assim a conta não bateu, mas a diferença, que começou com a sobra de R\$ 4,00 (quatro reais), passou ser a falta de R\$ 3,00 (três reais) e, finalmente, acabou fechando na falta de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) (teoricamente

tinham feito R\$ 23,50, mas, na prática, contaram R\$ 23,00). Resgatei a importância de todas aquelas contas em contraste com as percepções do grupo (...)".

O trecho transcrito acima mostra uma profunda diferença entre a realidade dos incubadores e a do grupo incubado. O grupo incubado tinha um nível de instrução baixo, enquanto os incubadores são, na maioria, graduandos da Universidade de São Paulo, de diversos cursos.

A instrução se constitui num obstáculo na comunicação do grupo com o Gepem. Por exemplo, muitas aulas sobre contabilidade e matemática foram dadas ao grupo e, no entanto, **a instrução efetivamente absorvida pelo grupo não atendiam às expectativas do Gepem.** Segundo Hermans (1996), a apreensão da realidade se dá sob uma perspectiva corporal e situacional, de forma que a história e a situação de vida da qual parte o sujeito condicionam uma forma particular de se relacionar com a realidade. **Nesse caso, a situação de vida dos integrantes do grupo de cooperados os condiciona a uma forma de conceber e se relacionar com o conhecimento e a instrução diversa da forma com que os integrantes do Gepem o fazem.** Por conta dessas formas diferentes de interpretar a realidade, a comunicação entre Gepem e cooperativa era muitas vezes dificultosa.

O grupo incubado tinha uma apreensão do mundo sensorial: não havia controle de dinheiro, de matéria prima adquirida, de produtos feitos e vendidos, etc. Nunca se sabia exatamente o faturamento. Para o grupo, a movimentação do dinheiro era traduzida por expressões como "vendeu pouco", "gastou muito", etc.

A passagem para um universo racionalista, especificando todas as quantidades e controlando o dinheiro e a produção, foi uma grande primeira ruptura vivenciada pelo

grupo. Para viabilizar a própria cooperativa, o grupo deveria promover o rompimento intersubjetivo com determinados conceitos acerca da função do conhecimento.

Há, no trecho supracitado, uma tentativa da formadora do Gepem de promover esta ruptura intersubjetiva. As perguntas a respeito do dia, passo-a-passo, tornam acessível aos cooperados a perspectiva que a formadora está assumindo da experiência. A experiência foi organizada em torno das entradas e saídas de dinheiro e de produtos. Nesta situação, foi mostrada ao grupo uma forma específica de perceber a realidade e de onde focalizar a atenção.

A ruptura intersubjetiva ocorre quando há contato do sujeito com uma situação inquietante, que lhe aponta lacunas em seus conceitos. Ela gera também a necessidade de reconstruí-los, para o sujeito poder apreender e “controlar” a situação. Em última instância, esta necessidade garante a manutenção do “sentido” da experiência e da realidade. No trecho, assegurar esse sentido envolve dominar o instrumental que a formadora discutiu, tendo em vista que a cooperativa é também uma empresa e, como tal, requer um mínimo de controle sobre gastos e rendas, para viabilizar algum planejamento futuro e possuir uma segurança financeira. O grupo, nesta ocasião, se mostrou disponível a entrar em contato com a perspectiva da formadora que os acompanhava, colaborando com suas memórias para recompor as alterações no caixa. Este evento propiciou uma possibilidade de o grupo romper com a dita “apreensão sensorial” e construir, em lugar dela, a “apreensão racionalista”, necessária para a gestão das finanças da cooperativa.

Além da pouca organização em relação ao dinheiro e à produção, o grupo era extremamente dependente do Gepem e sua atitude era bastante passiva em relação à cooperativa. Ao invés da discussão de soluções, durante os encontros com o Gepem, havia uma expectativa de que este viesse com as soluções prontas.

“A proposta para o dia era a de fazer com que o grupo apontasse os principais problemas da cooperativa e buscasse soluções possíveis para eles. Com isso o Gepem buscava uma maior autoconsciência e controle do grupo em relação a si próprio. Para a tarefa, cada formador iria ficar com uma dupla de cooperados, para que eles pudessem participar mais (já que, quando o grupo estava todo reunido, sempre as mesmas pessoas participavam).

“O que aconteceu foi que os cooperados que sempre participavam falaram mais nos pequenos grupos, e os que não participavam ficaram a maior parte do tempo quietos. Quem mais participava era D. Josefa, D. Antônia e D. Lourdes, as “mães” no grupo; já os filhos falavam menos. A solução para lidar com estes subgrupos menos participativos foi a de ficar instigando, puxando assunto e provocando temas polêmicos.

No fim da discussão com os grupos pequenos, juntamos o grupo todo, escrevemos todos os problemas apontados em uma cartolina e todas as soluções em outra cartolina. O grupo não demonstrou muito interesse por esta tarefa. A percepção do Gepem foi a de falta de apropriação da própria cooperativa, mesmo as senhoras que participavam e mais falavam esperavam a aprovação dos incubadores ou propunham soluções ideais, sem ter como alcançá-las”.

Essa condição de passividade do grupo é crônica e esteve sempre presente desde a origem deste coletivo. Em uma ocasião, as cooperadas, em uma reunião com o Gepem, ao trazer um convidado e possível cooperado, disseram-lhe que o Gepem “deveria aprovar sua

entrada na cooperativa". Os incubadores, ou formadores, questionaram esta necessidade: por que a cooperativa não podia tomar sozinha uma decisão tão importante para a sua dinâmica?

O coletivo produzia em um espaço cedido pela ITCP, o que provavelmente contribuiu para uma certa indiferenciação entre o grupo da cooperativa e o grupo do Gepem, que os incubava.

Sob a ótica das rupturas intersubjetivas, essa delegação de decisões importantes para a incubadora sinaliza uma dificuldade do grupo incubado em romper com alguns aspectos de sua perspectiva de vida construída até então e se apropriar do contexto cooperativo. A solução do grupo era então se abster de tomar as decisões estratégicas. Talvez possamos pensar que a inserção no contexto da economia solidária promoveu o contato do grupo com um grau de novidade e elementos desconhecidos superior à sua capacidade de apreensão. Além da proposta da economia solidária, a instrução, o conhecimento técnico e sua aplicação, como já colocado, também eram um desafio para o grupo.

Em análise anterior pontuamos que a ruptura, ao exceder em demasia a capacidade do sujeito de significar a realidade, gera um grau de sofrimento psíquico elevado e pode culminar, em determinadas situações, em casos patológicos. **O grupo, ao delegar a decisão à ITCP, buscava de alguma forma proteger-se dessa ruptura excessivamente desestabilizadora.**

Podemos pensar na ruptura intersubjetiva como um "*risco que se vai correndo aos poucos*". Toda mudança significativa da realidade envolve lacuna de sentido e inquietação. Essa transformação, como nos mostra o exemplo, é um processo de idas e vindas -- o grupo ora se "agarra" à sua realidade já construída e se preserva do novo, como aparece neste trecho, ora se disponibiliza ao desconhecido, como no trecho anterior, em que os incubados colaboraram para lembrar os gastos e rendas que haviam tido no decorrer do dia. **Dessa**

forma, podemos completar e ilustrar a discussão teórica, propondo que a ruptura intersubjetiva se trate de um processo, e não de uma transformação automática.

Uma figura bastante sobressalente neste coletivo específico é D. Josefa. Ela, seus três filhos e sua irmã participam da cooperativa. D. Josefa faz o papel da líder da cooperativa, toma todas as decisões mais relevantes para o futuro do grupo. Não eram raras as vezes em que, na reunião com o Gepem, algo era decidido e, depois, D. Josefa passava por cima da decisão discutida em grupo e norteava a ação em um outro rumo. Dessa forma, o funcionamento do grupo incubado alternava entre momentos de passividade e momentos em que D. Josefa assumia a liderança e tomava as decisões.

Mesmo em relação à máquina de costura havia dissenso no grupo – D. Lourdes não concordava que este seria o melhor investimento para a cooperativa. No entanto, D. Josefa era porta-voz do grupo, ela conversava com o Gepem como se o que dissesse refletisse o coletivo.

O Gepem, para poder tornar o grupo mais democrático, passou a ouvir mais o que D. Lourdes dizia. Ela era o principal contraponto de D. Josefa. No início D. Lourdes pouco falava, mas em função do interesse que os incubadores mostravam quando ela se pronunciava ela passou a se expressar significativamente mais. Muitas vezes em que D. Lourdes falava, D. Josefa ficava balançando a cabeça como se fosse besteira, ou ria e fazia algumas piadinhas. Algumas vezes D. Josefa se irritou com D. Lourdes e as acusações eram sempre de que a outra estava mentindo.

D. Lourdes e D. Josefa pertencem à mesma comunidade e freqüentam outros espaços comuns. No entanto, possuem divergências unicamente na cooperativa. Fora dela as duas senhoras são amigas.

A liderança assumida por D. Josefa – acatada, na maioria das vezes, pelo grupo – demonstra uma dificuldade em progredir no rompimento com o contexto de produção tradicional, onde um chefe toma a decisão e os outros trabalhadores se responsabilizam pela parte operacional.

A progressiva participação e questionamento de D. Lourdes aponta para um progresso em direção à autogestão, que pressupõe justamente esse questionamento, o debate e a discussão, que vão embasar as decisões futuras. O Gepem aproveitou a participação de D. Lourdes para tentar promover a ruptura do grupo com o contexto tradicional de trabalho, debatendo as idéias por ela trazidas, e contando sempre com a participação de D. Josefa.

Havia um descompasso entre a concepção do projeto para D. Lourdes e D. Josefa. O Gepem foi gradativamente estimulando a participação e as opiniões contrária de D. Lourdes, buscando promover uma reflexão do grupo sobre o significado de liderança, decisão em grupo, família, diferença entre trabalho convencional e trabalho em moldes autogestionários, etc.

Não havia, nos incubados, essas diferenciações. Tanto a organização familiar como a organização do trabalho se dá a partir da hierarquia em nossa atual sociedade. O grupo tinha um funcionamento explicitamente familiar: nas decisões que deveriam ser realizadas por meio de voto e discussão, a matriarca se impunha sem questionamento por parte de seus filhos.

Com a progressiva participação e questionamento de D. Lourdes, foram emergindo todos estes conflitos. **Podemos associar a idéia de conflito à das rupturas intersubjetivas, atribuindo à sua emergência, um significado essencialmente positivo.** É comum, no universo da prática psicológica, avaliar o conflito como sendo inerente à natureza humana e, ao mesmo tempo, como sendo fruto de um aspecto mal resolvido

oriundo da vida infantil. Esses discernimentos são, em grande parte, resultados da alta aderência da prática psicoterápica às idéias freudianas. Tais idéias discorrem, em segundo plano, sobre a construção social da existência individual e também do **conflito**. Pela ótica das rupturas intersubjetivas, podemos pensar o conflito como sendo fruto de interações sociais em que mais se debate a perspectiva da realidade. Indo além da estrita vinculação do conflito a uma problemática infantil, podemos pensá-lo como sendo rico em possibilidades do redirecionamento do sentido e de se vivenciar rupturas intersubjetivas, partindo daí, para uma apropriação mais complexa da realidade.

Foram realizadas algumas reuniões em que se pode perceber o processo de ruptura do grupo, como por exemplo na seguinte situação:

“Quando chegamos para a reunião, o objetivo era discutir sobre como seriam divididos os valores da feira da qual eles iriam participar. Além disso, alguns detalhes sobre a feira precisavam ser acertados como, por exemplo, o modo de transporte dos incubados. A cooperativa iria arcar com o transporte ou cada um pagaria o seu à parte?”

“No início da reunião discutimos primeiro as questões operacionais, para depois adentrar na divisão das cotas, que era o assunto mais delicado.

“Na reunião do Gepem tínhamos discutido sobre a forma como o grupo toma as decisões na cooperativa, que era completamente diferente da proposta autogestionária. Sempre quem decidia era D. Josefa. A idéia era testar com eles a assembléia, ver como se sentiam votando para decidir. Uma boa parte do grupo não dava quase sua opinião, talvez votar, para eles, fosse significativo, pois seria uma forma de se expressar.

“Quando entramos no assunto das cotas o grupo ficou em silêncio, a impressão que deu é que nada havia sido discutido a respeito.

“Depois de um tempo falou D. Josefa: ‘Nós vamos dividir todo o dinheiro de forma igual, a mesma parte para cada um’. Eu perguntei se todos concordavam e D. Lourdes disse que seria bom para a cooperativa juntar um pouco de dinheiro para comprar a máquina de costura, para ter uma poupança.

“Depois disso começou uma discussão que o Gepem tentava estimular, mas que não progredia. Pensei então em propor a votação. Então eles votaram o que fariam com as cotas. Levantamos mais outros assuntos para colocar em votação. Expliquei o que significava uma assembléia, o valor de cada voto, e que era assim que funcionava nas cooperativas autogestionárias.

“Teve um momento, em que discutíamos outro assunto, em que D. Antônia disse, brincando: ‘ah, então vamos votar isso também, não é assim na cooperativa?’”.

Nessa situação, a fala de D. Antônia mostrou, por meio de brincadeira, a diferenciação que o Gepem estava tentando fazer entre uma empresa tradicional e uma empresa solidária. A brincadeira e o “exagero” são também formas possíveis e, mais que isso, formas importantes para se conduzir à reconstrução dos significados face a ocorrência das rupturas intersubjetivas.

Segundo Simão (2005), a ruptura intersubjetiva e a experiência inquietante estão presentes também na gênese do riso, que ocorre, justamente, quando algo que não é esperado acontece. Este foi um dos momentos em que o processo de ruptura se evidenciou.

A despeito dos progressos, as atitudes de D. Josefa sinalizam uma clara não-receptividade à participação de D. Lourdes. Assim, o grupo realizava dois movimentos contrários: um em direção à autogestão e outro em direção a heterogestão.

O trecho a seguir relata um momento em que houve um sério desentendimento no grupo:

“A pauta era discutir procedimentos e estratégias para a feira que haveria dali a uns dias, onde a cooperativa iria vender seus produtos. A discussão foi boa, o grupo estava animado com a possibilidade de um ganho extra, eles passariam a madrugada trabalhando para poder ter muitos produtos na feira. D. Josefa já tinha se informado relativamente bem com uma outra cooperativa sobre o evento e já tinha pegado algumas dicas. A discussão transcorreu sem muita polemização por parte do Gepem, pois a situação exigia uma certa dinâmica para que eles conseguissem participar do evento e algumas questões burocráticas precisavam ser resolvidas.

“Na reunião posterior ao evento, o clima na cooperativa estava bastante tenso. Os cooperados estavam quietos e um pouco desanimados. As vendas foram médias, aquém do esperado pelo grupo. A reunião foi pouco produtiva, as informações precisavam ser arrancadas do grupo, nem D. Josefa estava falando, ela limitava-se a responder o que lhe era perguntado.

“Acabada a reunião, D. Josefa me chamou de canto, e disse que Julia, filha de D. Lourdes, havia roubado um dinheiro da cooperativa. Ela disse que não era a primeira vez que isso acontecia, no passado já havia ocorrido diversas vezes. Perguntei-lhe por quê não havia trazido o fato à reunião, mas ela não me respondeu

nada, disse que estava muito chateada, ela e sua família. D. Josefa estava aguardando uma solução para o problema, mas o contexto em que levantou a questão não era propício, pois só havia sua versão do fato.

“D. Lourdes, em outra ocasião disse que estava ficando cada vez mais difícil trabalhar com D. Josefa; perguntei-lhe por que e ela disse que D. Josefa já havia dito várias vezes que queria a cooperativa para a sua família. Eu disse que isso era grave, ela disse que D. Josefa no fundo queria que ela e sua filha saíssem do grupo, mas que ela estava desde o começo e não iria sair. Eu disse que o grupo precisava ser mais democrático, que deveria haver maior participação de todos, D. Lourdes disse que no grupo era só ela e sua filha que trabalhavam, que D. Josefa e seus filhos faziam muito “corpo mole”. Tentei dar a entender que D. Lourdes tinha que encontrar alguma forma de ir trazendo estas questões para o grupo, que a cooperativa não era sinônimo de harmonia e só conversando poderia haver entendimento. D. Lourdes disse que no fundo a família de D. Josefa tinha preconceito com ela e sua filha por serem negras, ela disse que sabia que D. Josefa acusava sua filha de roubo, mas isso era mentira, na verdade quem pegara dinheiro fora um filho de D. Josefa”.

Acima está transcrito um momento do grupo muito delicado. Aparece uma séria divergência entre D. Lourdes e D. Josefa. Enquanto uma acusa a outra de roubo, a outra a acusa de racista. Esta situação se assemelha ao exemplo dado dos sócios, que, ao tentarem resolver um conflito, passam a acusar-se mutuamente. Aqui o evento é semelhante, há uma troca de acusações entre as duas senhoras, uma não se coloca na perspectiva da outra. Isso aponta para a falta de interesse em solucionar o problema.

A diferença deste ocorrido é que a acusação não é explícita, não chega a haver confronto direto entre elas. Ambas as falas não foram ditas diretamente uma à outra, mas sim aos formadores. Essa situação denota os dois movimentos já mencionados: em direção à autogestão e em direção à heterogestão. Expressar a vivência que se teve é um movimento no sentido da autogestão, pois esta valoriza a versão que cada cooperado tem da situação na resolução do problema e na tomada de decisões. Por outro lado, a vivência não foi transmitida ao grupo, mas à ITCP, esperando desta alguma atitude resolutiva em relação ao ocorrido. Isso demonstra um movimento no sentido da heterogestão, pois a função de decidir é delegada a outrem. **Este quadro é ilustrativo do processo de ruptura intersubjetiva, pois esta também não é automática, mas sim um processo de idas e vindas. Desta ilustração se depreende também o caráter contraditório do processo da ruptura. Este processo se constitui de dois movimentos em sentidos opostos: um que busca a manutenção do sentido anterior e outro que busca explorar o novo sentido.** Além disso, o ocorrido também ilustra o aspecto que discutimos a respeito da ruptura ser compartilhável. Através da interação verbal e da leitura que os sujeitos fazem da expressão corporal, emocional e gestual uns dos outros, é perceptível no interlocutor se houve ruptura intersubjetiva (que acarreta uma nova forma de interpretar e racionalizar as experiências) ou não. No cenário empírico supratranscrito, as falas e gestos das duas senhoras demonstraram, naquele momento, apego a um modo capitalista de raciocinar, delegando a responsabilidade pela manutenção de um relacionamento igualitário ao Gepem.

Nesta situação empírica cabe ainda discutir se o que houve entre as duas integrantes da cooperativa foi uma ruptura intersubjetiva ou apenas um conflito. Através das informações passadas pelas cooperadas pode-se perceber que ambas têm conceitos diferentes a respeito do que seja uma cooperativa: para D. Lourdes, D. Josefa quer

resguardar a cooperativa apenas para sua família; já D. Josefa acusa D. Lourdes de ter se comportado de forma inadmissível numa cooperativa. A forma distinta de significar a realidade entre os interagentes é condição necessária para que haja a ruptura intersubjetiva, mas não suficiente. Na ruptura, há uma perda de sentido que gera uma desinquietação, o que não houve no caso em tela. Neste contexto cada senhora apegou-se a sua versão, não se disponibilizou a ocupar o papel da colega e questionar a sua própria versão do que seja uma cooperativa. Resgatando as proposições de Bubber, neste momento a relação se aproximou mais de uma relação sujeito-objeto, cada senhora aferrando-se ao próprio ponto de vista, do que de uma relação pessoa-pessoa, onde há mais disponibilidade para ocupar o papel do outro e menos rigidez quanto às próprias certezas.

Outra característica que podemos pontuar em relação ao processo de ruptura intersubjetiva é que ele vai se construindo por meio de erros e tentativas. A ruptura intersubjetiva acarreta uma alteração no posicionamento do sujeito frente a si e à realidade. Tal posicionamento é também construído.

Retomando as postulações de George H. Mead (1972), o MIM é um quadro de papéis sociais que auxilia o sujeito a se posicionar nas relações sociais. Por meio dele, o sujeito age e tem uma expectativa de como será a reação do outro. Quando há um processo de uma drástica ruptura intersubjetiva (como é o caso do rompimento com o paradigma da relação de produção capitalista), **o sujeito não tem mais esse quadro de expectativas que o referencia nas relações sociais, ele passa por um processo de experimentação, agindo de uma forma sem ter como prever qual será a reação do outro.** O sujeito vai, ao longo desta experimentação, reconstruindo o quadro que liga determinadas ações a correspondentes reações.

No trecho acima, podemos verificar que o sentido da cooperativa é diferente para D. Josefa e D. Lourdes. Tal diferença é revelada pela troca de acusações entre as duas senhoras. Esse ocorrido ilustra de uma forma interessante o caráter compartilhado das rupturas intersubjetivas. O clima tenso após a feira é um dos indicadores deste compartilhamento. Daí podemos supor que o compartilhamento se dá através das reações afetivas, do gesto que contextualiza o que é dito. Discutimos anteriormente que o pensamento engloba a dimensão afetiva num todo maior, que é o sentido (construído da interação da emoção com o pensamento), mas que o afeto nunca é superado. **Quando o sentido está abalado, como é no caso em que há uma ruptura intersubjetiva, este todo maior está temporariamente desorganizado. O que é expressado oralmente muitas vezes não condiz com a expressão gestual. Isso, por um lado, é fruto deste desarranjo do sentido e, por outro, faz com que outros possam perceber o que está sucedendo, ou seja, isso é que torna a ruptura intersubjetiva compartilhável.**

Por fim, um último aspecto destacável do grupo é a interpenetração da relação familiar na relação autogestionária. Principalmente na relação de D. Josefa com seus três filhos essa superposição da relação familiar à relação cooperativista era mais acentuada. Os filhos de D. Josefa eram os mais calados do grupo. Quando nos aproximamos deles na ausência de D. Josefa, em um certo momento disseram que a mãe "ralhava" com eles se eles não a apoiassem. Dava a impressão de os filhos de D. Josefa serem empregados regulares em alguma empresa, não emitiam quase nunca nenhuma opinião. Quando raramente um deles colocava sua opinião a mãe, logo o desmerecia e isso comprometia o caráter democrático que a cooperativa deveria possuir. Havia uma relação de submissão: por um lado a mãe rechaçava os palpites dos filhos, por outro, eles não pareciam ser reprimidos, deviam estar acostumados à submissão de filhos aos pais, que ocorre no âmbito familiar.

Essa situação era fruto tanto de uma dificuldade em romper com a organização familiar por parte da mãe como por parte dos filhos. Isso ilustra como é relevante o caráter de co-construção do significado, este tem um assentamento primordialmente social. Isso ilustra também como a própria ruptura intersubjetiva tem também um assentamento social. Os formadores da ITCP representavam para o grupo incubado o novo sentido, e os membros da família o sentido usual. Os cooperados se engajarem na empresa solidária segundo o sentido que os formadores estavam tentando construir significa romperem com o os significados a que estavam acostumados e que embasavam suas ações e relacionamentos. **Isso é o que queremos dizer que toda ruptura de significado implica numa ruptura intersubjetiva. São quase sinônimos, pois uma só existe com a presença da outra. No caso em questão romper com o sistema familiar no âmbito da cooperativa significa romper com a relação hierárquica entre pais e filhos para passar a uma relação de iguais.**

Essa organização fundamentalmente familiar, onde há hierarquia nas relações, era, junto com o sistema de valores capitalista e a barreira do conhecimento, o terceiro amálgama de sentidos e ações que deveria ser transformado para que houvesse, realmente, a constituição de uma empresa solidária. Como se pode ver, o desafio da constituição da cooperativa popular envolve profundas rupturas com os sentidos predominantes em nossa sociedade.

O grupo não está atualmente sendo acompanhado pela ITCP-USP, por decisão em assembléia, em 2005, pelos motivos a seguir consubstanciados pelos incubadores da cooperativa:

“A ITCP-USP acompanha a Cooperativa desde agosto de 2002, e, em seu percurso até hoje, acreditamos que houve certa evolução do grupo, porém muito aquém do esperado. É importante lembrar que, mesmo antes do início do grupo, alguns de seus integrantes já haviam participado de outra cooperativa e já tinham vivenciado de alguma forma a experiência da autogestão.

“Historicamente, este sempre foi um grupo difícil de se trabalhar. Esta dificuldade da evolução do grupo se deve a vários fatores, como a baixa escolaridade, o histórico de submissão presente na vida de cada um deles e as precárias condições de vidas. Porém, a principal dificuldade do trabalho com o grupo se deve a sua constituição familiar, que impede que, por exemplo, filhos tenham opiniões diferentes do que pensa a mãe. Neste contexto, a autogestão, que se sustenta na liberdade de expressão dos membros do grupo, fica extremamente prejudicada. Há quem pense, inclusive, que conciliar autogestão e família seja impossível.

“O que ocorre é que a dinâmica da família se superpõe à do empreendimento, interferindo e paralisando iniciativas e possibilidades criativas do grupo [A criatividade, além da sensação de angústia e liberdade, também é um subproduto das rupturas intersubjetivas. Ela é uma “novidade” na forma de pensar, sentir ou interpretar o mundo e emerge na tentativa do sujeito de reconstruir conceitos que perderam o sentido face uma experiência “inquietante”]. Os papéis se confundem, fazendo com que os filhos não se desvinculem do papel de filho no empreendimento, e não assumam o papel de trabalhadores que ele exige. O mesmo ocorre com a mãe. Então, quando um deles toma a iniciativa de colocar sua opinião, a mãe o rechaça, desestimulando completamente novas iniciativas. No

entanto, é fato que percebem tudo isso, como eles mesmos já colocaram. Apesar desta percepção, eles não têm disposição para o enfrentamento da situação, que seria necessária para discriminar estes diferentes papéis. Estão presos a esta situação. Por mais que isto seja mostrado e trabalhado, a dificuldade persiste impedindo assim o desenvolvimento do trabalho do grupo.

“É por tudo isso que não acreditamos que o grupo possa um dia a vir a ser autogestionário. Também não acreditamos que o grupo possa ser economicamente viável tão cedo.

“Pensamos que a continuação da incubação do grupo teria um caráter assistencialista, pois estaríamos ajudando a perpetuar este funcionamento familiar, que é cômodo ao grupo. Ainda assim, acreditamos que se o trabalho continuasse o grupo continuaria sua evolução, ainda que lentamente, e sem a possibilidade de atingir o ponto que pretendemos. Por quê continuar a acompanhar um grupo que não acreditamos que possa se tornar autogestionário, se é esta a proposta da ITCP-USP?

“É fundamental aqui deixar claro que acreditamos que a situação deles, tanto individual quanto do próprio grupo, pode melhorar; todavia, não acreditamos que chegue a ser suficiente (ou perto disso) para o que pretendemos: a autogestão.

“Pensamos que o trabalho da incubação não foi em vão. Houve vários pontos positivos, como o fato de todos terem voltado a estudar e ter havido evolução individual dos integrantes (ex.: Lourdes juntando dinheiro após formação sobre a importância de se poupar, Carlos desenvolvendo suas habilidades de fazer contas). No início do trabalho havia dificuldade pelo fato do grupo ser considerado “o grupo dos calados”, mas hoje vários falam na reunião. O grupo também evoluiu

como grupo: a qualidade do produto melhorou, experimentaram novos produtos, foram atrás de novos pontos de venda, etc. Isso tudo, apesar de não terem chegado perto de onde gostaríamos, ou mesmo de onde pensamos que ainda podem chegar, foi de grande relevância.

“É devido a tudo o que foi exposto aqui, que propomos, então, que seja feita a desincubação do grupo. Porém isto deve ser feito de modo extremamente cauteloso, pois há um trabalho já feito com o grupo que deve ser preservado. A sementinha foi plantada e não podemos destruí-la”.

O trecho acima condensa os motivos pelos quais a cooperativa não continua mais sob orientação da ITCP. Podemos interpretar a conclusão do formador como verificação, na prática, novas atitudes do grupo ao longo do tempo. Ou seja, esta transformação na ação tem por trás uma transformação no significado, que por sua vez tem por trás uma ruptura intersubjetiva.

Este trecho também ilustra o caráter compartilhável da ruptura intersubjetiva. Todos que estão em interação são capazes de perceber, nos interagentes, as modificações internas (no âmbito do sentido), através de transformações externas: através das ações e da fala.

D. Conclusão

O tema das rupturas intersubjetivas, de sua vivência fenomenológica e de sua função no desenvolvimento ontogenético não é uma questão central na Psicologia como ciência.

Superficialmente, podemos equiparar a noção de ruptura intersubjetiva à idéia de conflito, dissenso ou a qualquer conceito desta ciência que confronte uma versão estagnada da subjetividade e, ademais, da intersubjetividade. Contando com esta aproximação, já podem ser encontrados mais autores que debatem estes momentos em que os conceitos do sujeito são questionados. Ainda assim, dentre estes muitos trabalhos tais momentos são tomados sob uma ótica que os empobrece. Não é raro nos depararmos com uma perspectiva que incute às rupturas intersubjetivas (ou um fenômeno próximo a ela, sob outra denominação) uma conotação negativa, como se o abalo na estrutura de sentido do sujeito fosse um desvio em relação ao desenvolvimento “natural” ou “normal” do ser humano.

Em face deste cenário, Simão (2003) nos garante com a palavra “inquietação”. Tal tradução do conceito de ruptura intersubjetiva a aproxima da vivência cotidiana, das experiências comuns a que qualquer “bom pai de família” está sujeito. Vigotski (1999) discute a idéia de “microgênese”, advertindo que o método da ciência Psicológica deve estar focalizado na gênese de sentido que cada interação ou atividade promove. Tais autores evidenciam este aspecto central das rupturas intersubjetivas: sua estreiteza com o dia-a-dia, sua cotidianidade.

George Herbert Mead (1972), ao estruturar a Persona como “continente” de EU e diversos MINS, preconiza seu caráter complexo, do qual desdobramos a não identidade da Persona consigo própria, tendo em vista que cada papel que o sujeito ocupa é, em si próprio, um todo, e que as ações, pensamentos e sentimentos deste todo nem sempre estão em consonância com as ações, pensamentos e sentimentos dos outros papéis sociais que este mesmo sujeito ocupa nas diversas situações que vivencia (este caráter complexo e contraditório da subjetividade humana foi discutido e enfatizado por Hermans, 1996, ao tratar da polifonia na construção da subjetividade). Além deste contexto, o sujeito está em

continua interação, os outros com que se relaciona são constante fonte de conceitos novos. E é por isso que a ruptura do sentido é a condição humana permanente. Desdobrando-se esta ideia podemos pensar na identidade como um artifício humano para poder se situar na realidade simbólica e social, tal como os conceitos são instrumentos para a mesma função.

É necessário ressaltar que, como ensina Hermans (1996), o corpo é vetor que, se por um lado possibilita rompimento do significado, por outro, limita o seu alcance. Para o autor a experiência humana é altamente sinestésica, o significado é formado tanto pela racionalidade como pelo contexto afetivo, o ser humano está contextualizado em um meio social e corporal. O corpo e o contexto social abrigam a experiência, os conceitos são construídos em meio às sensações de frio e entre complexas vivências emocionais como a inveja, perplexidade e angústia.

Pelo exposto, levando em conta o contexto da experiência humana, não podemos incorrer no erro de nos debruçarmos sobre as rupturas intersubjetivas meramente como um fenômeno racional e abstraído. Trata-se como dito, de algo constante, mas, não de algo aleatório ou ilimitado.

A realidade é campo fértil para que se proliferem as rupturas intersubjetivas e isto de fato ocorre, mas, ao mesmo tempo, muitas rupturas que poderiam se dar não ocorrem. Como discutimos, o ser humano necessita de continuidade e unidade (e, nessa linha de raciocínio, podemos tomar a construção da identidade como um destes mecanismos que garantem tal necessidade) e adota, por vezes, uma defesa da integridade do significado que foi por ele anteriormente construído.

Mesmo nos momentos em que as rupturas intersubjetivas efetivam-se, como a análise da situação empírica pôde sublinhar, elas ocorrem na forma de um processo de movimentação em ambos sentidos: em direção ao novo significado e em direção à

manutenção do significado anterior. Num momento o sujeito reage em função do significado
prévio, em outro momento baseia-se no novo significado que vem sendo construído. Como
anteriormente discutimos, o momento da ruptura intersubjetiva se desdobra num processo de
reconstrução de significados.

Essa defesa está correlacionada com este limite corpóreo para a experiência humana
que postula Hermans. Além disso, o limite corpóreo no terreno das rupturas intersubjetivas
também se manifesta nas incongruências de significado com que o sujeito se depara no dia-
a-dia que não repercutem internamente, que não se desdobram como uma experiência de
inquietação ou ausência de sentido.

Segundo Boesch (1991) e Valsiner (2000), o ser humano é investido de
intencionalidade e as metas que possui direcionam sua ação, por mais que este nem sempre
tenha consciência delas. Cada sujeito explora a realidade sob uma perspectiva e com um (ou
mesmo múltiplos) objetivo; dessa forma, o foco do sujeito recai enviesadamente sobre a
própria vivência e ele pode se deparar com incongruências de sentido sem lhes despender
muita atenção, por não lhe serem significativas. Ao priorizar o foco da experiência, o
sujeito, por outro lado, desfocaliza o restante. Isto não significa que o sujeito tenha controle
total sobre a própria vivência (aliás, na maioria das vezes as interações com os outros
sempre extravasam suas expectativas). Em realidade, queremos pontuar que a apreensão da
realidade é sempre excludente, o sujeito e o contexto social direcionam a opção de uma
interpretação possível da realidade em detrimento de outras.

As rupturas intersubjetivas não recaem sobre qualquer incongruência semiótica,
mesmo porque, em última instância, os próprios significados nunca são exatamente
equivalentes para as pessoas e estão também em constante transformação, de forma que o

ser humano não dispõe do tempo que seria suficiente para que todos seus conceitos fossem sempre atualizados.

Pode-se ainda depreender outra característica das rupturas intersubjetivas: as rupturas intersubjetivas se dão quando há a perda de um significado **relevante** para o sujeito, para a sua concepção de mundo, de si próprio e para a busca de suas metas.

Sintetizando, podemos concluir que as rupturas intersubjetivas são constantes, mas não aleatórias ou ilimitadas, e também que recaem sobre conceitos e valores significativos do ponto de vista do sujeito.

Além desta conclusão faz-se necessário dizer algo a respeito da dualidade presente no processo das rupturas intersubjetivas. Como anteriormente discutido, a dualidade é uma forma peculiar de relação entre os elementos de um todo que, se não são confundíveis entre si, tampouco podem ser separados sem que a unidade do todo seja prejudicada (Valsiner e Van der Ver, 2000).

Ruptura intersubjetiva é um termo propício a ensejar interpretações que distorçam o significado que lhe vem sendo atribuído por autores como Zittoun (2003) e Simão (2003). A princípio pode ser tomado como sinônimo de desentendimento ou rompimento de relação entre diferentes sujeitos. Ademais, se conceituarmos ruptura intersubjetiva como ruptura na forma de significar o mundo e a si próprio, incorre-se na possibilidade de reduzir este fenômeno ao âmbito da reflexão "mental", que não extrapola o limite dos pensamentos individuais.

As rupturas intersubjetivas são rupturas no processo de significação de si e do mundo e implicam um redirecionamento das ações do sujeito, pois as ações terão como fundamento novos significados. Não obstante, o fenômeno extrapola os limites individuais,


pois toda significação e ressignificação é fruto das relações intersubjetivas a que o sujeito se expõe.

Pretendemos neste trabalho assegurar um enfoque dual às rupturas intersubjetivas. A dualidade é a forma de relação que se dá entre o “social” e o “individual” nos processos de rupturas intersubjetivas. As rupturas simbólicas não são conduzidas ou totalmente controladas pelo sujeito; este processo, por ser essencialmente construído na interação (o próprio conceito de ruptura traz consigo o termo “intersubjetiva”), sempre extravasa o planejamento, a expectativa e o controle individual. Por outro lado, o ser humano é agente ativo no processo de significação, ele não apenas “absorve” o meio social circundante, mas o interpreta e recria.

Como antes pontuado, o sujeito focaliza parcialmente a experiência, excluindo assim outras perspectivas da realidade que também são possíveis; ademais, por vezes se “defende” de rupturas que podem lhe ser excessivamente desestabilizadoras. Ambos fenômenos representam o aspecto individual que existe nas rupturas intersubjetivas.

O aspecto social do fenômeno pode ser ilustrado pelo próprio momento da interação social em que um significado se mostra insuficiente para que o sujeito consiga interpretar a experiência que está vivenciando, resultando na inquietação que o impulsiona a buscar uma reconceituação de algum aspecto da realidade. A intersubjetividade pode também ser ilustrada pelas tentativas do sujeito, através da interação social, de re-simbolizar o conceito que sofreu um abalo em seu sentido.

Sucintamente buscamos sintetizar na finalização desta pesquisa os aspectos que emergiram como mais relevantes após os estudos: a cotidianidade com que se dão as rupturas intersubjetivas; o fato de se referirem sempre a um conceito significativo para o sujeito e sua constituição dual.



Resta, por fim, esperar que futuramente a ciência psicológica passe a valorizar as rupturas de sentido, desincutindo-lhe a conotação negativa que predomina sobre a idéia e ultrapassando a visão da subjetividade como um fluxo contínuo.

E. Referências Bibliográficas:

- Boesch, E.E. (1991) Symbolic Theory and cultural Psychology. Berlin: Springer -
Verlag.
- Crossley, N. (1996) Intersubjectivity: The fabric of social becoming. London:
Sage.
- Hermans, Hubert J. M; Kempen, Harry J. G; van Loon, Rens.(1992) The
Dialogical Self: Beyond Individualism and Rationalism. American Psychologist. Vol.
47(1): 23-33
- Hermans, Hubert J. M. (1996). Opposites in a Dialogical Self: Conrtructs as
Characters. Journal of Construtivist Psychology. Vol 9 (1): 1-26
- Lalande, André. (1996). Vocabulario técnico y crítico de la filosofía. Argentina: El
Ateneo.
- Mead, G. H. (1972) Mind, Self and Society. Chicago: University of Chicago
Press.
- Simão, L. M. (2003) Beside Rupture—Disquiet; de the other—Alterity. Culture &
Psychology. Vol 9 (4): 449-459.

--Simão, L. M. (2005) O riso como (in)diferença eu-outro: lições de Bergson. Texto apresentado no IV Congresso Norte-Nordeste de Psicologia - Salvador, Bahia.

--Singer, Paul (200) Introdução à Economia Solidária. São Paulo:Ed. Fundação Perseu Abramo.

--Valsiner, J. e Van der Veer, R. (1996) On the social Nature of Human Cognition: An analysis of shared intellectual roots of George Herbert Mead and Lev Vigotski, Journal for the theory of Social Behavior, 18 (1), 117- 136.

--Valsiner, J e Van der Veer, R (2000). The Social Mind – Constrution of the Idea. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 234-276.

--Vigotski, L. S. (1998). A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes.

--Vigotski, L. S. (1999). Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

--Vendramini, A. P. e Simão, L. M. (2003) Problematização e releitura do conceito de Identidade no construtivismo semiótico-cultural: contribuições de Mead e Valsiner. Trabalho apresentado em sessão de posters no III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, João Pessoa, Paraíba [referente a parte de pesquisa desenvolvida pela primeira autora, sob orientação da segunda autora, com Bolsa de IC-FAPESP].

--Zittoun, T., Duveen, G., Gillespie, A., Invinson, G., & Pasaltis, C. (2003). The use of symbolic resources in developmental transitions. Culture & Psychology. Vol 9 (4): 415-448